



APFC 20 ANOS

INFORMAÇÃO 22

OUTONO 2013

NOVAS REGRAS DE FISCALIDADE

PÁGS.
11 A 12

AMOSTRAS DA QUALIDADE DA CORTIÇA NO MATO

PÁGS.
21 A 24

INVESTIGAÇÃO DAS PRAGAS DO PINHEIRO MANSO

PÁGS.
25 A 26

Património Florestal

RITA TAVARES BONACHO



A floresta portuguesa ocupa cerca de um terço do território nacional, sendo 90 % dos seus detentores, proprietários privados.

No ano de 2012, os recursos da fileira florestal representaram cerca de 9,3 % do total das exportações nacionais, e assumiram um contributo muito positivo para o saldo da balança comercial do País.

É, na realidade, um enorme desafio e responsabilidade a sua gestão.

Ciente destas responsabilidades e no sentido de apoiar os seus associados, a APFC tem tido como uma das suas principais missões, contribuir para o fomento do avanço científico em questões de sanidade, certificação, conservação da natureza e biodiversidade.

No atual momento que atravessamos, em que a Agricultura, se destaca em contra-ciclo e contraria a tendência da Economia em geral, é também o momento de aproveitar sinergias para valorização do setor florestal, dada a sua importância e peso na Economia Portuguesa.

Contudo, mudanças significativas são imperativas na gestão florestal: a eliminação de alguma burocracia legal excessiva, relativa a ações correntes de gestão florestal; a efetiva

implementação dos instrumentos de proteção e defesa da floresta, uma avaliação imparcial sobre a viabilidade de algumas explorações florestais com a introdução de alterações legais relativas à conversão de povoamentos florestais.

Na área ambiental, algumas valorizações já foram conseguidas, com o bom exemplo dos Projetos Terraprima / Fundo Português de Carbono.

No entanto, tendo em conta o abrangente contributo da floresta para a sustentabilidade ambiental e para a vitalidade económica do país, mais passos se impõem no âmbito da biodiversidade, do sequestro de carbono, da proteção do solo e da regulação da qualidade da água.

Na área do ordenamento do território e na sistematização de procedimentos, há que salientar as importantes ferramentas de gestão florestal ao dispor dos produtores florestais, como os Planos de Gestão Florestal, a Gestão Certificada, a elaboração de análises e amostragens prévias à comercialização para mais autêntica valorização das cortiças existentes em cada exploração florestal.

O poder associativo, e a incorporação de organismos de cúpula, como o caso da UNAC – União da Floresta

Mediterrânica, são hoje necessidades incontornáveis, uma vez que se constituem como veículos privilegiados de contacto com a esfera política.

Também na organização de fileira, nomeadamente com a Filcork – Associação Interprofissional da Fileira da Cortiça, muitos passos têm sido dados lado a lado com a indústria, no sentido de aproximar interesses, estabelecer protocolos de entendimento em matérias essenciais, unindo esforços e sinergias para a valorização do setor. Muito já foi feito, mas seguramente que temos ainda muito para fazer, um caminho a traçar, com estratégias bem definidas, de modo a potenciar o valor dos produtos florestais, criando assim um setor mais forte, competitivo, rentável e capaz de captar investimento. Só com a parceria constante entre a Ciência, a Produção e a Indústria, conseguiremos ajudar a impulsionar a economia Portuguesa, prestando-lhe uma válida contribuição, e preservando uma das maiores riquezas do País - o Património Florestal.

03 | Notícias das ZIF

05 | Notícias Breves

07 | Resultados de la Prueba Piloto de Captura Massiva de la Culebrilla (C. Undatus)

10 | Sanidade dos Montados

11 | Novas Regras de Fiscalidade

13 | Projeto Terraprima - Matos

14 | Nova Legislação - Ações de Arborização e Rearborização

17 | Morte Súbita do Sobreiro

21 | Amostras da Qualidade da Cortiça no Mato

25 | Investigação das Pragas do Pinheiro Manso

27 | Notícias do Grupo APFCertifica

28 | Mel - O Doce da Floresta está em Perigo

30 | Check Out For Nature - Projeto Green Heart of Cork

ASSEMBLEIAS GERAIS DE ADERENTES

Realizaram-se no dia 19 de Julho de 2013 as Assembleias Gerais de Aderentes das 5 Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) de que a APFC é entidade gestora. Nestas reuniões foram apresentados os relatórios e contas relativos ao ano transato, assim como os planos de atividades para 2013. Para as duas ZIF que se encontram já numa fase mais avançada: ZIF da Charneca da Calha do Grou e ZIF das Ribeiras da Lamarosa e Magos, e que têm já um PGF aprovado pelo ICNF, foi solicitado um voto de confiança para apresentação de candidaturas ao quadro comunitário de apoio. Na ZIF das Ribeiras da Lamarosa e Magos foram ainda eleitos os corpos sociais para o triénio 2013-2015, que se mantêm inalterados relativamente ao triénio anterior. Para mais informações sobre as ZIF consulte: www.APFC.PT

APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AO PRODER

A APFC submeteu duas candidaturas ao PRODER, ação 2.3.1.1. para implementação de ações de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) nas áreas abrangidas pelas duas ZIF com Planos de Gestão Florestal Aprovados – ZIF da Charneca da Calha do Grou e ZIF das Ribeiras da Lamarosa e Magos.

Nestes projetos foram incluídas as áreas consideradas críticas em termos de DFCI da ZIF, denominadas de Zonas Estratégicas de Gestão de Combustíveis (ZEGC). Para definição destas zonas, a APFC recorreu à contratação de serviços externos com a GIFF – Gestão Integrada de Fogos Florestais, S.A.

As ZEGC foram delineadas com o objetivo de limitar a superfície afetada por grandes incêndios florestais e em simultâneo rentabilizar as operações, localizando-as essencialmente e apenas nos locais em que efetivamente influenciam de forma significativa o comportamento do

NOTÍCIAS DAS ZIF

fogo, permitindo o seu combate, quando devidamente utilizadas. Estas áreas estratégicas, tiveram em consideração a função principal de permitir o acesso aos meios de combate e permitir que aí se estabeleçam ações de supressão eficazes, pelo que cumprem os seguintes requisitos:

- . Estão associadas a vias de acesso, existentes ou criadas, posicionadas preferencialmente no lado da direção de propagação dominante dos grandes incêndios florestais identificados na região;
- . Impedem a propagação de fogo de copas dentro da zona tratada;
- . Reduzem a intensidade do incêndio, permitindo o combate direto com ferramenta sapador ou água;
- . Diminuem a distância de salto de focos secundários;
- . Estão próximas de pontos de abastecimento de água acessíveis a meios terrestres e aéreos.



As ações a implementar com este projeto diferem com o tipo de ocupação e são essencialmente de 3 tipos:

MONTADO DE SOBRO

Sinalização da regeneração natural - Identificação e marcação com fita balizadora da regeneração natural de sobreiro e de outras espécies a proteger eventualmente

presentes, como azinheira, medronheiro, carvalho e outros.
Controlo da vegetação espontânea - Eliminação da totalidade da vegetação espontânea com recurso a destróador, com o objetivo de quebrar a continuidade horizontal dos combustíveis, protegendo os solos e o sistema radicular dos sobreiros.

PINHAIS E EUCALIPTAIS

Redução de densidades - Seleção de varas em eucaliptais adultos com recurso a meios moto-manuais (motosserra). O objetivo é diminuir a continuidade horizontal e vertical do combustível, mantendo os primeiros 2-3 metros junto ao solo livres de folhagem.

Controlo da vegetação espontânea - Eliminação com recurso a grade de discos, da totalidade da vegetação espontânea, assim como dos sobrantes resultantes da seleção de varas em eucaliptal. O objetivo é quebrar a continuidade horizontal dos combustíveis. A utilização da grade de discos justifica-se pelo fato de se tratarem de espécies com maior inflamabilidade, dispostas em compassos mais apertados e com sistemas radiculares mais profundos. Os sobrantes de eucalipto são incorporados no solo beneficiando o balanço nutricional do mesmo.

GALERIAS RIPÍCOLAS

Controlo da vegetação espontânea - Eliminação com recurso a meios mecânicos e moto-manuais das invasoras silvo-lenhosas. O objetivo é a redução da carga combustível, assim como a quebra da continuidade horizontal do combustível.

Controlo de densidades excessivas - Abate moto-manual (com recurso a motosserra ou motorroçadoura) dos salgueiros ou outras espécies arbóreas ripícolas, com o objetivo de reduzir a continuidade vertical e horizontal dos combustíveis.

Podas - Poda dos salgueiros (ou outras espécies arbóreas ripícolas) que restarem após o desbaste. Corte com recurso a motosserra dos rebentos que se encontrem nos 2 metros junto ao solo.

Rechega de sobrantes - Rechega manual ou mecânica dos sobrantes resultantes do controlo da vegetação e do desbaste. Operação manual ou mecânica conforme a dimensão do material.

Destruição de sobrantes - Destruição dos sobrantes dos desbastes e podas com recurso a destróador e / ou grade de discos.

O quadro seguinte apresenta o resumo das candidaturas apresentadas:

ZIF	ÁREA DO PROJECTO	VALOR DA CANDIDATURA
Charneca da Calha do Grou (n.º 54)	881,42 ha	197.791,32 €
Ribeiras da Lamarosa e Magos (n.º 88)	1.421,49 ha	215.118,61 €



NOTA:

Uma vez que estamos no fim do quadro comunitário de apoio, que decorreu no período de 2007 a 2013, neste momento a autoridade de gestão do PRODER já comunicou que não existem verbas para aprovação de novos projetos.

No entanto, após avaliada a proporção entre valores aprovados e investimentos executados, poderá voltar a existir dotação financeira disponível, sendo nessa altura os projetos analisados por ordem de entrada.

INALENTEJO



A APFC submeteu no início de Setembro, no âmbito do Inalentejo – Programa de Capacitação Institucional, uma candidatura no valor de 296.914,21 euros para construção de uma suberoteca.

A amostragem da qualidade da cortiça, serviço prestado aos produtores durante os últimos 20 anos, culminou na existência de um histórico físico de calas de cortiça de numerosas propriedades, que constitui um registo único da evolução da cortiça neste período, potencial foco de projectos de I&D (Investigação e Desenvolvimento), material de promoção da cortiça junto da sociedade civil e meio de demonstração nos produtores florestais de formas de melhoria da comercialização da cortiça.



Enquadrados num objectivo geral de promoção de um funcionamento mais eficiente dos vários estádios da fileira, através do incremento da informação disponível sobre as partidas de cortiça, estão assim previstos os seguintes objectivos específicos:

- . Objectivo 1 – Construção de uma suberoteca e do laboratório para estudo da qualidade da cortiça;
- . Objectivo 2 – Desenvolvimento de materiais de divulgação da cortiça e transmissão do conhecimento (práticas, mercados e investigação).

A melhoria contínua que se pretende, replicando o salto tecnológico que a indústria corticeira deu nos últimos anos, com a aquisição de uma caldeira de pressão de elevada extracção, e introduzindo a componente da qualidade organoléptica dos produtos, adquirindo um cromatógrafo, permitirá que este projeto se mantenha actualizado, no-

meadamente pela possibilidade de analisar laboratorialmente a presença de TCA, o que assegurará o interesse dos produtores florestais e consequentemente, a sustentabilidade da operação proposta e o enriquecimento anual da suberoteca com mais amostras de cortiça, aumentando a sua representatividade temporal e territorial.

PROVA HÍPICA

Nos dias 4, 5 e 6 de Outubro houve um fim de semana diferente no mundo dos cavalos, na Mata do Duque em Santo Estevão a Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana promoveu um evento intitulado “O Cavalo e o Campo”, onde tivemos a oportunidade de estar presentes ao patrocinar um dos obstáculos que fazia parte das provas hípicas do Concurso Completo de Equitação, bem como com um pequeno stand de promoção da Associação.



GESTÃO DO MONTADO PÓS-FOGO



Na sequência do incêndio de 4 de Julho na freguesia da Erra, que abrangeu uma área total de 166 ha, da qual 43% corresponde a áreas de montado de sobreiro, puro ou misto com pinhal, há necessidade de implementar medidas de gestão que permitam a recuperação do potencial produtivo destas áreas. Não existindo estudos em Portugal, sobre o modo e o tempo em que as operações de rolagem, descorticação e podas influenciam a capacidade de recuperação do sobreiro, foi estabelecido um protocolo entre a Câmara Municipal de Coruche, o Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves e a Associação dos Produtores

Florestais de Coruche para implementação de um ensaio sobre "Efeitos do fogo e da gestão pós-fogo nos povoaamentos de sobreiro". O ensaio terá lugar na Herdade dos Concelhos e uma duração prevista de 9 a 12 anos, que permitirá espaçar no tempo as várias opções de gestão e perceber de que modo estas são mais ou menos determinantes na recuperação da vitalidade do montado.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Foi assinado em Setembro deste ano um protocolo de parceria entre o CINCORK – Centro de Formação Profissional para a Indústria da Cortiça e a APFC, tendo como objetivo definir as bases de uma relação institucional que permita potenciar as capacidades, as especificidades, a experiência e os meios das duas entidades signatárias, numa perspectiva de complementaridade de vocações e de convergência de interesses, ao nível do reconhecimento, validação e certificação de competências escolares/profissionais, bem como ações conjuntas de formações escolares e profissionais, promoção articulada de ações de cooperação e promoção integrada de iniciativas de índole pedagógica, científica e cultural, nos territórios da área de influência das partes envolvidas.

Aos dois signatários do presente protocolo compete o desenvolvimento conjunto de atividades que permitam:

1. O fortalecimento da parceria, no cumprimento da lógica do incremento das redes otimizando as relações de proximidade e de comunidade, através da troca de informação;
2. A partilha de experiências e de reflexão conjunta que deverá ser suportada no desenvolvimento de diagnósticos de necessidades em matéria de educação-formação, no âmbito dos respetivos territórios de intervenção, visando a promoção do emprego e da coesão social.
3. Partilhar instalações, equipamentos e outros recursos, designadamente humanos (através da intervenção de Formadores habilitados com Certificado de Competências Pedagógicas), que facilitem a realização de percursos de qualificação numa ótica de racionalização e de otimização de meios;
4. Mobilizar a colaboração de entidades parceiras, nomeadamente empresas associadas, para a disponibilização dos recursos necessários a afetar ao desenvolvimento de atividades de qualificação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) na vertente profissional ou de dupla certificação.

Desde Novembro de 2012 foram já realizadas 3 sessões de formação modular teórico-prática, duas das quais dedicadas às podas e desramações (25h) e outra ao descortiçamento (50h). Em conjunto foi possível qualificar 56 profissionais, que trabalhavam desde há vários anos no sector.



NOTA:

Estão abertas inscrições para nova sessão de formação modular em "Podas e Desbastes", prevista para Novembro/2013, e com uma duração de 25h (3 dias). Os interessados deverão contactar a APFC para solicitar as fichas de inscrição.

RESULTADOS DE LA PRUEBA PILOTO DE CAPTURA MASIVA DE LA CULEBRILLA (C. UNDATUS)

Resumen de la presentación enviada para el Seminario: Sanidade dos Montados en el marco de FICOR, en Coruche el día 25 de mayo de 2013

A partir del año 2000, los propietarios forestales de alcornoques ya empezaron a comprobar que la calidad de las panas de corcho que se extraían de sus fincas tenía una calidad muy inferior a la que se obtuvo en la misma parcela catorce años atrás. Estamos hablando de una inversión de las calidades obtenidas, es decir, si hace catorce años se obtuvo un 80% de corcho de primera calidad, en la actualidad el porcentaje de corcho de primera calidad, en muchos casos no llega al 20%. Como el precio del refugo no paga los costes de obtención de la materia prima, esto provoca unas pérdidas muy importantes en el sector del alcornoque que desgraciadamente se traduce en un abandono progresivo de la gestión de los alcornoques.

Por este motivo, ya en los años 2003 desde el Consorcio Forestal de Catalunya, la asociación de propietarios forestales de montes privados, nos pusimos en contacto con la Administración forestal en Cataluña y con el Institut Català

del Suro donde se presentó una propuesta de estudio de la biología de la culebrilla y los posibles métodos de lucha para controlar su población.

El objetivo final de los estudios era el de sintetizar feromonas o atrayentes. Para conseguir este objetivo se empezó con la captura de adultos vivos, con la cría de larvas y en paralelo se estudió otra especie de *Coraebus*, concretamente el *C. florentinus*. Para la captura de adultos, se instalaron insectarios en el monte, trampas habituales para plagas forestales en los patios de corcho de las fábricas de tapones, e incluso se instalaron mallas en árboles muy afectados para la captura de los adultos durante su salida del tronco. El resultado fue un número de capturas totalmente anecdótico. Para la cría de larvas, se empezó mediante ensayos de laboratorio para estudiar la evolución de las larvas hasta el estadio adulto y una vez llegados a este punto poder determinar los compuestos de las feromonas para su sintetización. En este caso y debido a las dificultades para mantener las larvas vivas, tampoco se obtuvieron resultados positivos

CCAA	2006*	2007	2008*	2009*	2010*	TOTALS**
Catalunya	140 (86)	222	33 (21)	71 (35)	-	466 (142)
Andalusia	26 (18)	419	204 (148)	131 (88)	180 (132)	961 (386)
València	4 (1)	29	14 (9)	13 (7)	-	60 (17)
Extremadura	14 (11)	28	-	16 (13)	-	58 (24)
Totals	185 (116)	698	251 (178)	231 (178)	180 (132)	1.545 (569)

*Entre paréntesis número de larvas vivas | **Número de larvas vivas excluent les del 2007 que no es van comptabilitzar



Según los estudios previos realizados, en alcornoques donde se efectuó la saca en aquella misma temporada ya se encontraban ataques de culebrilla, por lo que desmiente el echo que la culebrilla ataca al alcornoque a los 3 o 4 años después de la saca.

Del estudio de 533 larvas, se determinó que las más pequeñas tenían una longitud de entre 7 y 10 mm y las más grandes de 45 a 51 mm. Por lo tanto se descarta la hipótesis que *C. undatus* tenga un ciclo de vida anual y se

RESULTADOS DE LA PRUEBA PILOTO

podría decir que en Cataluña, la culebrilla tiene un ciclo biológico de dos años.

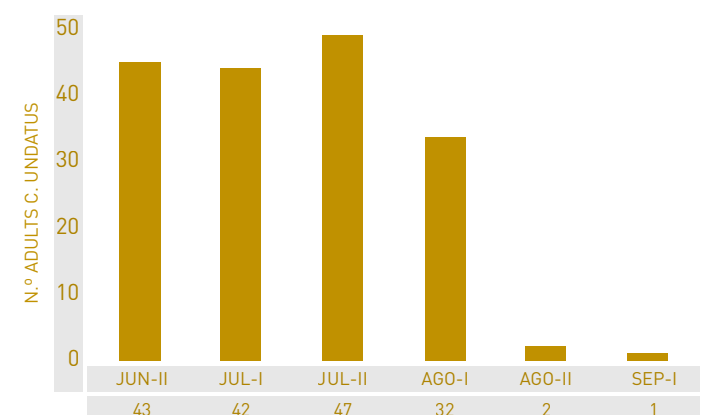
También según los estudios previos, en Andalucía y Extremadura el vuelo de los adultos se puede iniciar durante el mes de junio, produciéndose el máximo de vuelo en el período junio-julio.

RESULTADOS DEL AÑO 2012 EN LAS FINCAS PILOTO DE CATALUÑA

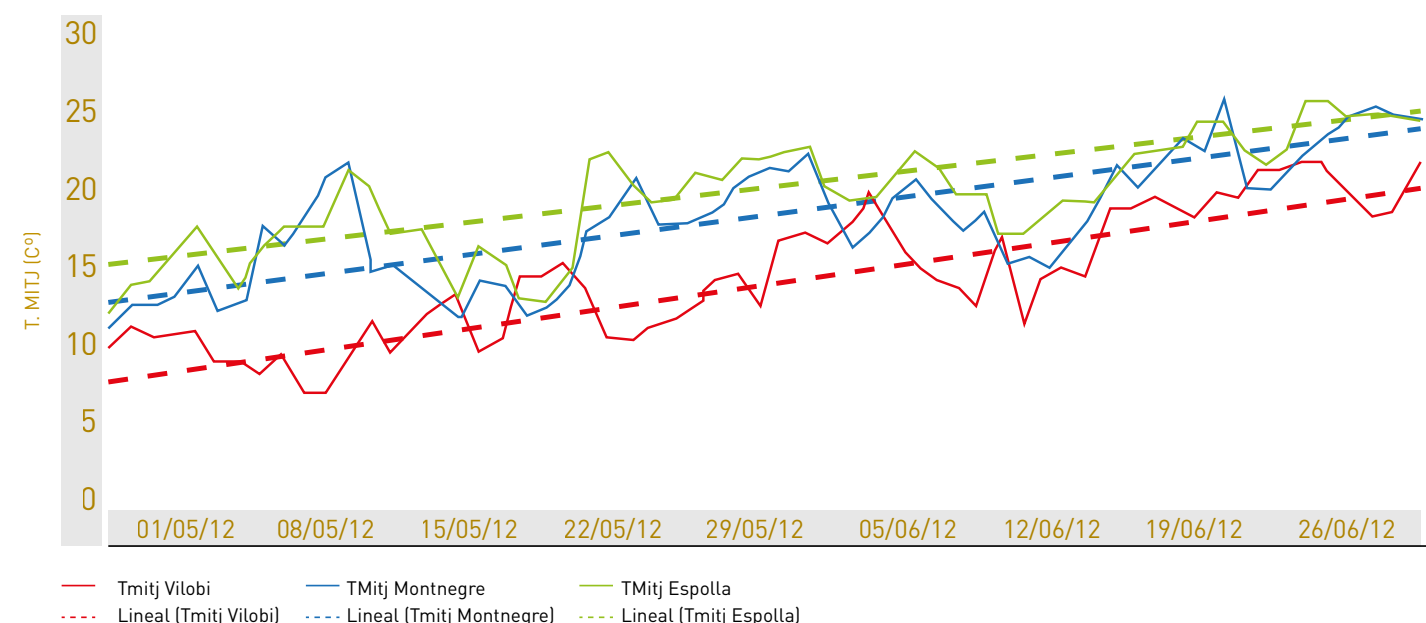
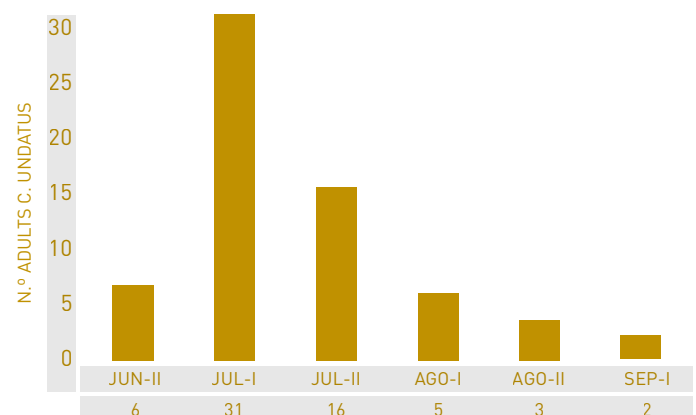
Para establecer el tiempo del período de vuelo de los adultos se establece la relación entre el número y las fechas de las capturas.

CLIMATOLOGÍA A LAS TRES ZONAS ESTUDIADAS

ALT EMPORDÀ C.UNDATUS 2012



SELVA-MONTNEGRE C.UNDATUS 2012



Durante el año 2012, desde el Consorci Forestal de Catalunya se inició una campaña de divulgación de la prueba piloto de captura masiva de culebrilla en la que se realizaron un total de cuatro reuniones informativas. La media de trampas instalados por propietario fue de 48 trampas las cuales tenían que estar instaladas antes del 15 de junio.

El Consorci Forestal de Catalunya realizó un seguimiento de una muestra de las trampas instaladas por los propietarios forestales en sus fincas. Del total de más de 4000 trampas instaladas, se realizó el seguimiento de un 10% repartido en las diferentes zonas corcheras de Catalunya. El seguimiento de las trampas consistió en, al cabo de 45



días de su instalación el cambio del difusor, la limpieza de la trampa para mantener el máximo de superficie de cola efectivo y la aplicación de más cola cuando fuere necesario.

De los resultados finales se puede concluir:

- . la media de capturas ha sido de 0.4 individuos por trampa
- . el 70% de las capturas se ha producido en el primer recuento (julio) por lo que se puede deducir que el máximo de vuelo de adultos se produce en esta época.
- . El 70% de las capturas se han producido zonas de colinas (calidad de estación baja) y solamente el 30% en zonas de alta calidad de estación. De aquí se puede concluir que una selvicultura que regule la densidad y la competencia entre los árboles puede evitar los efectos positivos para el avance de la culebrilla cuando se encuentra ante árboles con limitaciones para su crecimiento.
- . La insolación de las trampas no ha incrementado el número de capturas.

Para finalizar, los aspectos a considerar para el futuro se basan en posibles nuevos modelos de gestión de los alcornocales (densidades ideales) que optimicen el crecimiento y producción de los alcornocales (posibilidades de desbroces totales o parciales) y a la vez se produzca una reducción de daños producidos por la culebrilla y que eviten su dispersión. Todo esto sin olvidar la necesidad de valorización el corcho como material mediante los nuevos usos y productos que puedan incrementar la demanda de refugio.



Agradecimientos a:

Josep M. Riba i Flinch. Entomólogo forestal
 Mariano Rojo y Antoni Torrell. Departamento de Sanidad Forestal de la Dirección General de Montes y Biodiversidad.
 Diputación de Barcelona
 Diputación de Girona
 A todos los propietarios forestales que han contribuido con la instalación de trampas.

Santa Coloma de Farners, 26 de junio de 2013.

Josep M. Tusell i Armengol
 Ingeniero de Montes. Responsable Técnico del Consorci Forestal de Catalunya

SANIDADE DOS MONTADOS

OS FUNGOS PATOGENICOS E A MORTE SÚBITA

No âmbito do serviço de consultas fitossanitárias e de projetos de investigação a decorrer no Laboratório de Micologia do INIAV (exINRB/exEFN) têm sido detetados, em associação com casos de morte do sobreiro, os organismos patogénicos *Phytophthora cinnamomi*, *Botryosphaeria* sp. (nomeadamente *B. corticola*), *Ophiostoma* sp. (nomeadamente *Raffaelea montetyi*) e *Biscogniauxia mediterranea*. Nalguns casos pontuais também foram detetados *Armillaria mellea*, *Coryneum* sp. e *Cryphonectria naterciae*. Porém em casos de “morte súbita” (conceito ainda um pouco subjetivo) têm sido mais frequentemente detetados *Phytophthora cinnamomi* e *Botryosphaeria* sp..

O facto do sobreiro ser uma espécie de crescimento e de “respostas” lentos, de existirem vários agentes patogénicos em simultâneo em associação com “morte súbita” e declínio, e de variados factores abióticos influenciarem todo o ecossistema, tornam estes assuntos difíceis de esclarecer num futuro próximo. A entrada de novos organismos e as alterações climáticas poderão aumentar ainda mais a entropia deste complexo sistema.

Em floresta é utópico falar em erradicação de agentes patogénicos, no entanto o controlo é possível. Sendo os fitoquímicos pouco eficazes e cada vez mais desaconselhados e incompatíveis com as exigências de certificação do montado, controlar implica fazer um diagnóstico correto de cada situação, o conhecimento da biologia dos organismos e operações culturais que evitem o stress das plantas e diminuam a dispersão e aumento de inóculos. O favorecimento da micorrização, a utilização de materiais de propagação de boa qualidade e em bom estado sanitário e um alto índice de biodiversidade, são fatores que contribuem para o controlo dos agentes patogénicos em floresta.

Para o esclarecimento do papel dos agentes patogénicos nos fenómenos de mortalidade no montado deverá haver uma aposta forte em trabalhos sistemáticos de prospeção e diagnóstico, estudos que esclareçam a interação agente/hospedeiro e que promovam novos meios de luta, sendo que um maior horizonte temporal para projetos em ambiente florestal é condição necessária ao bom desenrolar destes estudos.

Helena Bragança, INIAV
Resumo da Exposição realizada
na FICOR, Maio 2013



NOVAS REGRAS DE FISCALIDADE

IMPLICAÇÕES NA ATIVIDADE FLORESTAL

ALTERAÇÃO AO REGIME DE IVA

A partir de 1 de Janeiro de 2013 foram aditadas à Lista I anexa ao código do IVA (lista de bens e serviços sujeitos à taxa reduzida de IVA – 6%) as verbas 4.2 e 5. No que ao sector agrícola e florestal diz respeito, significa que **ficam sujeitos à taxa reduzida de IVA**, a título de exemplo:

- . As prestações de serviços que contribuem para a realização da produção agrícola, designadamente as seguintes:
 - . As operações de sementeira, plantio, colheita, debulha, enfardação, ceifa, recolha e transporte;
 - . As operações de embalagem e de acondicionamento, tais como a secagem, limpeza, trituração;
 - . A desinfeção e ensilagem de produtos agrícolas;
 - . O armazenamento de produtos agrícolas;
 - . A locação, para fins agrícolas, dos meios normalmente utilizados nas explorações agrícolas e silvícolas;
 - . A assistência técnica;
 - . A destruição de plantas e animais nocivos e o tratamento de plantas e de terrenos por pulverização;
 - . A exploração de instalações de irrigação e de drenagem;
 - . A poda de árvores, corte de madeira e outras operações silvícolas.
- . As transmissões de bens efetuadas no âmbito das atividades de produção agrícola, nas quais se inclui produção silvícola (produtos florestais, desde que vendidos pelos próprios produtores).

Pela Lei do Orçamento de Estado 2013 foram revogados o n.º 33 do artigo 9º e anexos A e B do Código do IVA. Desta forma deixou de existir, a partir de 1 de Abril de 2013, a isenção de IVA para as transmissões de bens efetuados no âmbito das explorações agrícolas (agricultura, silvicultura ou pecuária), bem como para as prestações de serviços agrícolas, podendo os sujeitos passivos que à data de 31 de Dezembro de 2012 se encontravam abrangidos pelo regime de isenção previsto na alínea 33 do artigo 9º do Código do IVA, que durante aquele ano civil tenham realizado um volume de negócios inferior a 10.000€ e que reúnam as demais condições para o respectivo enquadramento no regime especial de isenção previsto no artigo 53º daquele código, permanecer isentos. Os restantes ficarão submetidos ao regime geral de tributação em IVA, a partir de 1 de Abril de 2013.

Em qualquer das situações, todos os sujeitos passivos que



se encontravam isentos ao abrigo da alínea 33, do artigo 9º do Código do IVA (ou seja, os agricultores que não tivessem ainda renunciado à isenção) deveriam ter entregue uma declaração de alterações de actividade, durante os meses de Março ou Abril de 2013, definindo o seu novo enquadramento para efeitos de IVA. Todavia, nos termos do despacho n.º 486/2013-XIX - 31 de Outubro do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, o prazo para apresentação desta declaração nos serviços de finanças foi prorrogado até 31 de Janeiro de 2014.

NOVO REGIME DOS BENS EM CIRCULAÇÃO – SECTOR AGRÍCOLA E FLORESTAL

A grande mudança introduzida por este regime reside na obrigatoriedade de comunicação à Autoridade Tributária dos documentos de transporte (guia de transporte, guia de remessa, folhas de obra, e outros documentos equivalentes). As normas deste novo regime encontram-se previstas no Decreto-Lei n.º 198/2012 (que alterou e republicou o Decreto-Lei n.º 147/2003), alterado pela Lei do Orçamento de Estado de 2013, e na Portaria 161/2013.

Este novo regime entrou em vigor em 1 de Julho de 2013, mas o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais determinou que até 15 de Outubro não seriam aplicadas quaisquer sanções no caso de ausência de comunicação prévia dos documentos de transporte, desde que esta comunicação fosse regularizada até esta data.

Estão excluídos da obrigação de emissão de documentos de transporte e da sua comunicação à Autoridade Tributária (prévia ou posterior) os bens provenientes de produtores agrícolas, apícolas, silvícolas ou de pecuária resultantes da sua própria produção, transportados pelo próprio ou por sua conta.

O transporte de bens agrícolas, apícolas, silvícolas ou de pecuária só ficará no entanto excluído de ser acompanhado por um documento de transporte, quando estes venham da própria produção do produtor agrícola, ainda que o transporte seja efetuado por terceiros por conta desse produtor. Todavia, ainda que não seja necessário a emissão de uma guia de transporte (ou guia de remessa, dado que a lei não diferencia uma das outra) a acompanhar estes bens, nem a sua comunicação, nem prévia (antes de se iniciar o transporte), nem posterior, à autoridade tributária, é necessário que estes se façam acompanhar na mesma de um documento. Os n.ºs 3 e 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de Julho, definem que a prova da proveniência e destino dos bens não sujeitos à obrigatoriedade de documento de transporte, pode ser feita mediante a apresentação de qualquer documento comprovativo da natureza e quantidade dos bens, sua proveniência e destino. Bastará por isso que os bens agrícolas, apícolas, silvícolas ou de pecuária sejam acompanhados de uma declaração em que o agricultor se identifica com o seu nome e número de contribuinte fiscal, discrimina os bens a transportar (designação/natureza e quantidades), menciona o local de origem (localização da exploração agrícola) e o local de destino dos bens, coloca a data e assina.

O transporte de bens do activo fixo tangível (imobilizado: máquinas, ferramentas etc.) efectuado pelos agricultores ou por quaisquer outros sujeitos passivos, ou por terceiros por conta deles, também não carecem de ser acompanhados por um documento de transporte emitido nos termos do Regime de Bens em Circulação, nem da sua comunicação à Autoridade Tributária. Para comprovar a natureza, proveniência e destino desses bens, poderá utilizar-se um documento sem qualquer formalismo a atestar esses factos, eventualmente com uma cópia da respectiva ficha de imobilizado (documento de contabilidade).

Todavia, quando se trate do transporte de bens agrícolas, apícolas, silvícolas ou de pecuária, adquiridos aos produtores agrícolas, e esse transporte seja efectuado pelo sujeito passivo adquirente desses bens, deverá o mesmo ser acompanhado de um documento de transporte emitido nos termos do Regime de Bens em Circulação.

Por exemplo, o corte e respectiva aquisição de madeira no terreno florestal do produtor silvícola, efectuada por uma empresa madeireira, de produção de papel, ou outra similar, implica o processamento de um documento de transporte por essa empresa adquirente para acompanhar esses bens, no respetivo transporte, do local de corte até às suas instalações. Esta obrigatoriedade existe porque a madeira já não está a ser transportada pelo produtor silvícola, ou por um terceiro por sua conta, mas pelo sujeito passivo adquirente, agora proprietário dos bens. Mas trata-se de uma obrigação do comprador e não do agricultor.

Esta exclusão também não se aplica aos factores de

produção ou combustíveis transportados pelos produtores agrícolas, pelo que esses transportes devem ser acompanhados de documento de transporte emitido pelo agricultor nos termos do Regime de Bens em Circulação (emitido em 3 exemplares, devendo o original e o duplicado acompanhar os bens) e da sua comunicação à Autoridade Tributária. Por exemplo, se um agricultor transporta adubos do seu armazém para a sua exploração, terá que elaborar um documento de transporte e terá que comunicá-lo, antes do início do transporte, à Autoridade Tributária. Até ao 5º dia útil seguinte a este transporte devem ser comunicados à Autoridade Tributária os documentos de consumo (folhas de obra), que especificarão as quantidades dos factores e os locais/culturas em que foram empregues. Estas folhas de obra são documentos não formais onde, por cada documento de transporte de factores, emitido e comunicado à Autoridade Tributária antes do transporte, são descritas as quantidades dos materiais que constam nesse documento de transporte que foram empregues em cada cultura/plantação.

Se o transporte dos factores de produção tem origem nas instalações de um fornecedor, a sua factura pode ser utilizada como documento de transporte, desde que contenha os elementos referidos no n.º 5 do artigo 36.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado e, ainda, a indicação dos locais de carga e descarga, a data e a hora em que se inicia o transporte.

Sendo a factura utilizada como documento de transporte, deve ser impressa em triplicado e não terá que ser efectuada qualquer comunicação à Autoridade Tributária. Todas as comunicações à Autoridade Tributária estão dispensadas se o agricultor tiver obtido, no ano anterior, um volume de negócios igual ou inferior a 100.000€. Mas, nesta circunstância, apenas a comunicação está dispensada, devendo o agricultor emitir na mesma o documento de transporte e fazê-lo acompanhar com a carga.

José Domingues Marques



PROJETO TERRAPRIMA - MATOS

O projeto Terraprima que promove o sequestro de carbono por alteração de métodos de controlo de vegetação espontânea, vulgo "Terraprima-Matos", teve o seu início em 2011 e terminará no final de 2014. Este projeto não consiste em oferecer uma ajuda à limpeza dos matos, mas sim em premiar os produtores que deixam de utilizar a grade de discos e passam a privilegiar o corta-matos no controlo da vegetação espontânea das suas explorações, estando assim a contribuir para um maior sequestro de carbono. Para ter acesso a este prémio basta que não tenha utilizado grade nas parcelas candidatas desde o dia 1 de Janeiro de 2011 e que tenha realizado nestas áreas intervenções com corta-matos.

Estamos agora na 3ª Fase de candidaturas a este projeto, sendo a última oportunidade para se candidatar **até 31 de Dezembro** do corrente ano. Até à data a APFC submeteu já 60 processos, correspondendo a uma área superior a 20.000ha, com 37% da área prevista já intervencionada.

A Terraprima, em matéria de projetos que contribuem para o sequestro do carbono e "combate" às alterações climáticas, contava já com o projeto "Pastagens Semeadas Biodiversas", o qual venceu no passado mês a nível nacional o concurso europeu "Um Mundo que me agrada - com um Clima de que gosto". Este concurso europeu, pretende promover soluções que sejam práticas, inovadoras e económi-



NOTA:

3ª E ÚLTIMA FASE DE CANDIDATURA.
Projeto Terraprima Matos

DIRIJA-SE HOJE MESMO à APFC
para elaborar a sua candidatura!

ENCERRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

PRÉMIO

40€/hectare

cas para as alterações climáticas. Este prémio permitirá à Terraprima realizar uma campanha publicitária em Lisboa, bem como os restantes projetos selecionados. No passado dia 7 de Novembro, em Copenhaga, foi selecionado o grande vencedor europeu.

NOVA LEGISLAÇÃO AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO

DECRETO-LEI N.º 96/2013 DE 19 DE JULHO

Depois de ter corrido muita tinta sobre a proposta de alteração do regime jurídico das ações de arborização e re-arborização, foi publicada a 19 de Julho a legislação que dita as novas regras a ter em conta nestas ações.

A nova legislação entrou em vigor 90 dias após a publicação (17 de outubro de 2013) e aplica-se às ações de arborização e re-arborização com recurso a qualquer espécie florestal.

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA

Com esta nova legislação, passam a estar sujeitas a autorização prévia do ICNF, I.P., todas as ações de arborização e de re-arborização com recurso a qualquer espécie florestal. O pedido de autorização é efetuado por transmissão eletrónica no site do ICNF. O comprovativo do pedido de autorização deve ser impresso e estar disponível no local enquanto decorrerem os trabalhos.

A autorização é válida pelo período de dois anos a contar da data da concessão da autorização. Consideram-se tacitamente deferidos, os pedidos de autorização que não tenham resposta num prazo de 45 dias após a sua apresentação, exceto nos casos que haja suspensão para pedido de informações adicionais ou audiência prévia.

Consultas e pareceres: Em áreas incluídas em Reserva Ecológica Nacional (REN), o ICNF realiza uma consulta prévia à CCDR, assim como às Câmaras Municipais, não sendo devidas ao produtor florestal quaisquer taxas ou outros encargos.

EXCEÇÕES À NECESSIDADE DE FAZER UM PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA:

COMUNICAÇÃO PRÉVIA

Caso a ação de arborização ou re-arborização esteja prevista no PGF aprovado pelo ICNF, independente da área de intervenção, o proprietário está dispensado de fazer um pedido de autorização, bastando apenas enviar a comunicação prévia.

No caso de não existir um PGF aprovado pelo ICNF, ou existindo, a ação não se encontre lá prevista, apenas é necessário fazer uma comunicação prévia, desde que se cumpram as seguintes premissas: a área de intervenção

é inferior a 2 ha, não está inserida no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, não foi percorrida por incêndios nos 10 anos anteriores, e no caso das re-arborizações, não há alteração da espécie florestal presente.

A comunicação prévia é efetuada por transmissão eletrónica no site do ICNF, com uma antecedência mínima de 20 dias relativamente à data prevista para o início da ação. O comprovativo da comunicação prévia deve ser impresso e estar disponível no local enquanto decorrerem os trabalhos. As ações podem ser executadas num prazo máximo de 2 anos após a data de apresentação da comunicação prévia.



DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA

As ações de arborização ou re-arborização integradas em projetos florestais aprovados no âmbito de programas de apoio financeiro com fundos públicos ou da união europeia, e que não se localizem numa área integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, estão dispensadas de apresentar um pedido de autorização e de comunicação prévia, sendo esta comunicação feita ao ICNF pelas entidades que aprovam os projetos.

INCUMPRIMENTOS

A fiscalização e controlo da aplicação da legislação cabe ao ICNF, GNR, às Câmaras Municipais e outras entidades fiscalizadoras. As coimas por incumprimento podem ir dos 1.000€ aos 3.740,98€ no caso de pessoas singulares e de 3.000€ a 37.409,8€ no caso de pessoas coletivas. O destino das coimas é distribuído pelas entidades autuantes, o município, o ICNF e o Estado.

No caso de incumprimento nas ações de arborização ou re-arborização, o ICNF pode, para além da aplicação da coima, no prazo de 1 ano após o conhecimento da situação, determinar a reconstituição da situação anterior.



PRINCIPAIS ALTERAÇÕES À SITUAÇÃO ANTERIOR:

. A legislação aplica-se a todas as espécies florestais: anteriormente apenas era necessário pedir autorização no caso de espécies de rápido crescimento ou no caso de arborização em áreas classificadas.

. O Plano de Gestão Florestal ganha uma maior importância no planeamento e gestão florestal das propriedades, uma vez que depois de aprovado pelo ICNF, funciona como uma licença pré-concedida para as ações nele previs-

tas (salvo as exceções das áreas em Sistema Nacional de Áreas Classificadas), sendo apenas necessário comunicar antes da sua realização.

. Passa a ser possível arborizar com espécies de rápido crescimento, por exemplo eucaliptos ou choupos, em áreas com menos de 2 ha com apenas uma comunicação prévia (salvo as exceções acima descritas).

. Os pedidos de autorização deixam de ser apresentados às Câmaras Municipais e passam a ser todos eles apresentados ao ICNF, deixando também de estar sujeitos a taxas.

. Deixa de haver a duplicação de informação e autorizações no caso de projetos financiados, não sendo necessário pedir autorizações / comunicar, à exceção das áreas incluídas em áreas classificadas.

CONSTRANGIMENTOS E DÚVIDAS

Apesar do Decreto-lei referir que a sua aplicação não põe em causa o cumprimento das demais normas legais e regulamentos condicionantes, incluindo nomeadamente as normas e os planos do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não se percebe como se vai impedir que seja realizada uma arborização com menos de 2 ha, numa área sem Plano de Gestão Florestal e que apenas esteja sujeita a comunicação prévia inserida por exemplo nas áreas de rede primária e secundária de gestão de combustíveis, como a faixa de 100 metros em redor dos aglomerados populacionais e 50 metros em redor das habitações.

Não está também explícito, nos casos em que apenas é necessário fazer a comunicação prévia, qual o procedimento relativamente às áreas integradas em REN, será ou não necessário fazer uma comunicação à CCDR?

Fica ainda na dúvida, se este limite de 2 ha se considera por ano ou ação de arborização, será que é possível ir arborizando 2 ha em cada ano, sem que seja preciso autorização prévia?

COMO PROCEDER

No site do ICNF em:

<http://www.icnf.pt/portal/florestas/arboriz>, já estão disponíveis os formulários, as minutas de projetos de arborização e re-arborização e toda a informação necessária.

Consulte a APFC para saber como o podemos ajudar a elaborar o seu pedido / comunicação de arborização.

AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO			
Ação prevista em PGF aprovado pelo ICNF	Ação integrada no âmbito de projetos florestais financiados aprovados	Área Excluída do SNAC	DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO OU COMUNICAÇÃO PRÉVIA
		Área Integrada no SNAC	AUTORIZAÇÃO PRÉVIA
	Sem Projetos Florestais financiados aprovados		COMUNICAÇÃO PRÉVIA
Sem PGF ou com PGF mas sem ação prevista	Área <2ha	Situações Gerais	AUTORIZAÇÃO PRÉVIA
		Área Integrada no Sistema Nacional de áreas classificadas	
		Área percorrida por incêndios nos últimos 10 anos	
	Rearborização com alteração de espécie		
	Área >=2ha		

SNAC - Sistema de Áreas Classificadas | ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas | PGF - Plano de Gestão Florestal

DEFINIÇÕES:

«**Arborização**», ação de instalar árvores de espécies florestais, por sementeira ou plantação, em terras que não tenham sido ocupadas por floresta anteriormente;

«**Povoamento florestal**», extensão de terreno com área superior ou igual a 5000 metros quadrados (0,5 ha) e largura superior ou igual a 20 metros, com um grau de coberto, superior ou igual a 10%, onde se verifica a presença de arvoredo florestal que, pelas suas características ou forma de exploração, tenha atingido, ou venha a atingir, porte arbóreo, altura superior a 5 metros, independentemente da fase em que se encontre no momento da observação;

«**Rearborização**», ação de reinstalar árvores de espécies florestais, por sementeira ou plantação, em terras que já tenham sido ocupadas por floresta e que, por esse fato, o solo já possuísse um cariz de solo florestal.

CAB



NOTA:

Consulte o Decreto-Lei completo em: www.apfc.pt
[na secção de documentação]

MORTE SÚBITA DO SOBREIRO

Anualmente, durante o mês de Setembro é frequente encontrarmos sobreiros mortos, ainda com as folhas castanhas completamente agarradas à copa. Este fenómeno, designado de morte súbita, costuma ocorrer num curto espaço de tempo (2 a 3 semanas) e deve ser considerado uma forma distinta de mortalidade dos sobreiros que progressivamente, ao longo de anos, vão apresentando sinais de perda de vigor vegetativo: recuo da copa com aparecimento de ramos mortos no exterior; folhas de pequena dimensão; exsudados; copas parcialmente secas, etc.

A morte súbita dos carvalhos, é um problema de expressão mundial, não se restringindo ao montado de sobreiro. Os trabalhos realizados noutros países indiciam uma estreita relação deste tipo de mortalidade com a presença de diversos géneros de *Phytophthora* sp., mas é possível encontrar sobreiros com bom vigor vegetativo em áreas de presença confirmada da *Phytophthora*.

No ano passado, em Novembro, a APFC dinamizou um conjunto de reuniões e visitas de campo que envolveram a Universidade de Évora, o Departamento de Engenharia Florestal do Instituto Superior de Agronomia e o INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, para identificar as possíveis causas de morte e definir estratégias de trabalho para estudo deste fenómeno.

termos de análise dos agentes patogénicos terá de incidir sobre árvores em que o processo de morte súbita esteja em desenvolvimento, ao invés de procurarmos respostas nas árvores que já estão completamente mortas.

Ainda assim, em 2 propriedades associadas localizadas no concelho de Coruche foram abatidos 4 sobreiros com e sem sinais de morte súbita e recolhidas amostras de solo, raízes, lenho e raminhos, com evidências de cancrios, para despiste de agentes patogénicos e avaliação do crescimento lenhoso.



SINAIS DE PLÁTIPO

RESULTADOS

a) Agentes Patogénicos

As árvores abatidas apresentavam necroses internas (tecidos mortos) na base e terço médio dos troncos.

Os resultados das amostras de solos e raízes para despiste da *P. cinnamomi*, foram negativos. Na prática, este resultado é inconclusivo e não assegura a ausência de *Phytophthora*, apenas que não foi possível o seu isolamento. As lesões observadas na base do tronco poderão ser compatíveis com a presença de *Phytophthora* sp. e/ou outro fungo radicular.

A observação do material, a “olho nu” e à lupa binocular, permitiu a observação de várias estruturas produzidas por fungos e a identificação dos seguintes agentes potencialmente patogénicos:

- . *Biscogniauxia mediterranea* (fungo causador do carvão do entrecasco)
- . *Ophiostoma* sp.
- . *Coryneum* sp.
- . *Botryosphaeria* sp.
- . *Cytospora* sp.

Para além dos fungos detectados observou-se em todas as árvores a presença de cochonilha na superfície dos raminhos.



NECROSE INTERNA DO TRONCO

Ficou claro para todos a ausência de informação de base subjacente a este fenómeno, como registos da gestão florestal praticada, um mapeamento da mortalidade nas propriedades, existência de registos anuais do número de árvores mortas, das suas dimensões e do tipo de mortalidade que está a ocorrer.

Ficou também esclarecido que o estudo deste problema em

Em termos de insectos, um dos sobreiros afectados apresentava sinais de plátipo (*Platypus cilindrus*), visível pelo serrim que saía dos orifícios no tronco.

O fungo *Biscogniauxia mediterranea* é causador da doença designada por carvão do entrecasco. O sintoma mais evidente do ataque deste agente é a presença de um estroma carbonáceo que irrompe sob a casca e se estende progressivamente ao tronco e ramos. Em condições de stress ou de maior debilidade da árvore, *B. mediterranea* pode invadir os tecidos subcorticais com a formação do estroma típico e decorrente capacidade de produção e dispersão de inóculo para novos hospedeiros susceptíveis.

Os fungos do género *Ophiostoma* são dispersados por insectos, colonizando as árvores onde podem causar cancos, podridões, alterações da cor da madeira e declínio. Em certas regiões do país foram já identificadas algumas espécies de *Ophiostoma* veiculadas pelo plátipo, que estabelece simbioses com estes agentes patogénicos dos quais se alimenta e que, simultaneamente, debilitam o hospedeiro, aí facilitando a instalação do insecto.



descortiçamento. Afirmam ainda Goulay e Pereira (1997) que em árvores em que foram retiradas amostras abaixo e acima do limite superior da altura de descortiçamento, não havia variação no número de anéis de crescimento. As amostras colhidas são representativas de duas fases de desenvolvimento, jovem em regime de talhadia e adulta em regime de alto fuste. Com a análise do número de anéis de crescimento anual das duas varas de talhadia pretendia-se tentar perceber se a vara morta apresentava diferenças significativas de crescimento em relação à vara viva. Nas duas árvores adultas se o crescimento dos últimos anos apresentava valores significativamente inferiores aos anos anteriores e, portanto, podendo indicar a entrada na fase de decrepitude das árvores.

TALHADIA

As duas varas de talhadia tinham 20 anéis de crescimento a 1,30 de altura acima do solo. Como se pode observar na Figura 1 ambas as varas apresentam uma variação considerável na largura dos anéis anuais, sendo tendencialmente maior nas idades mais jovens, como seria de esperar. Observa-se ainda que a árvore viva apresenta um máximo entre os 3 e os 5 anos e na morta entre os 8 e os 11 anos. Este desfasamento de crescimento pode ter sido efeito de competição na talhadia em que a vara viva apresentou ou um maior crescimento inicial e um retardamento de crescimento mais precoce ou que apresentava vantagens competitivas em relação à vara morta. Dos 14 aos 18 anos as duas varas apresentam crescimentos semelhantes.

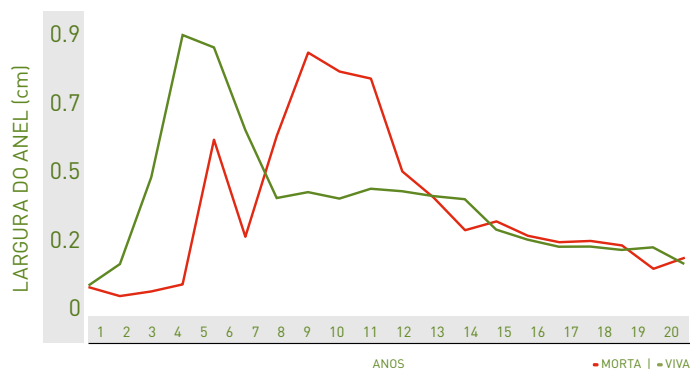
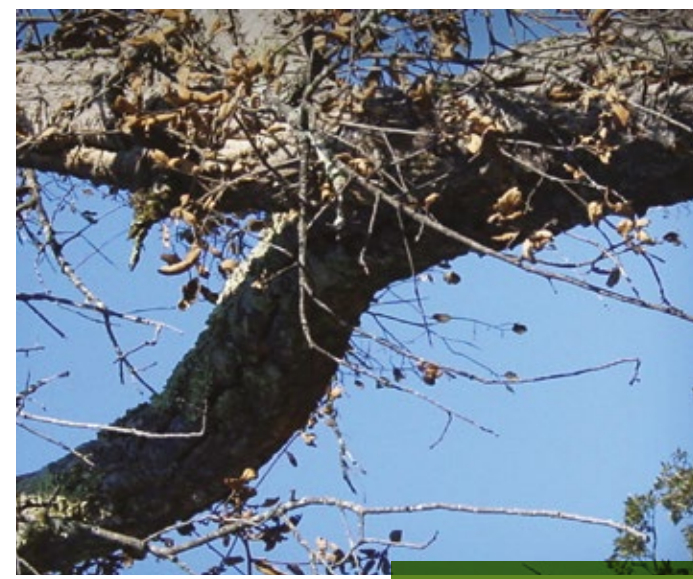


FIG. 1 EVOLUÇÃO DA ESPESURA DOS ANÉIS DE CRESCIMENTO NAS VARAS DE TALHADIA



b) Avaliação do Crescimento

Para este estudo foram retiradas amostras de 4 árvores, duas varas de talhadia jovens em que uma estava morta e outra viva e vigorosa; e duas árvores adultas mortas recentemente, com o objetivo de tentar perceber se a causa da morte era detetável nos anéis de crescimento anual. Goulay e Pereira (1997) referem que, num estudo realizado numa Herdade em Samora Correia em árvores mortas e decrépitas, o crescimento anual dos anéis de lenho é vigoroso até à primeira extração de cortiça, entre 5 e 10 mm por ano, e que são geralmente bem definidos. Após a desbóia, as mesmas árvores, apresentam crescimento lento, de 1 a 4 mm por ano. No entanto, os mesmos autores referem que em algumas amostras, com descortiçamento de 9 em 9 anos ou de 10 em 10 anos, as árvores recuperavam as taxas de crescimento que tinham antes do primeiro

A análise visual dos crescimentos acumulados em diâmetro (Figura 2) permite verificar que a vara viva apresenta maiores raios de fuste que a árvore morta.

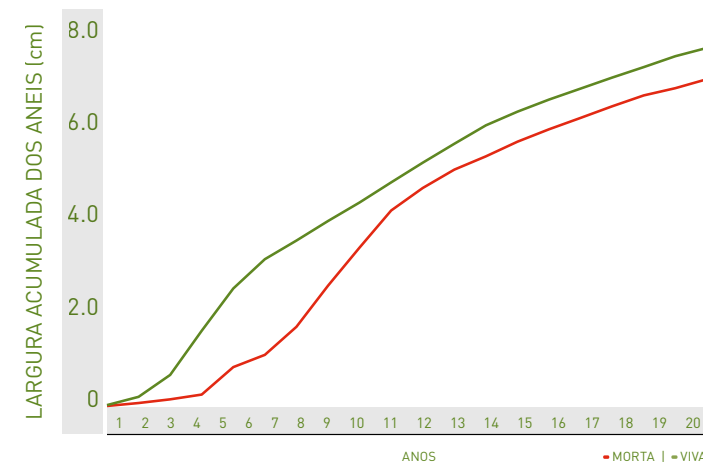


FIG. 2 CRESCIMENTO ACUMULADO EM DIÂMETRO DE VARAS DE TALHADIA

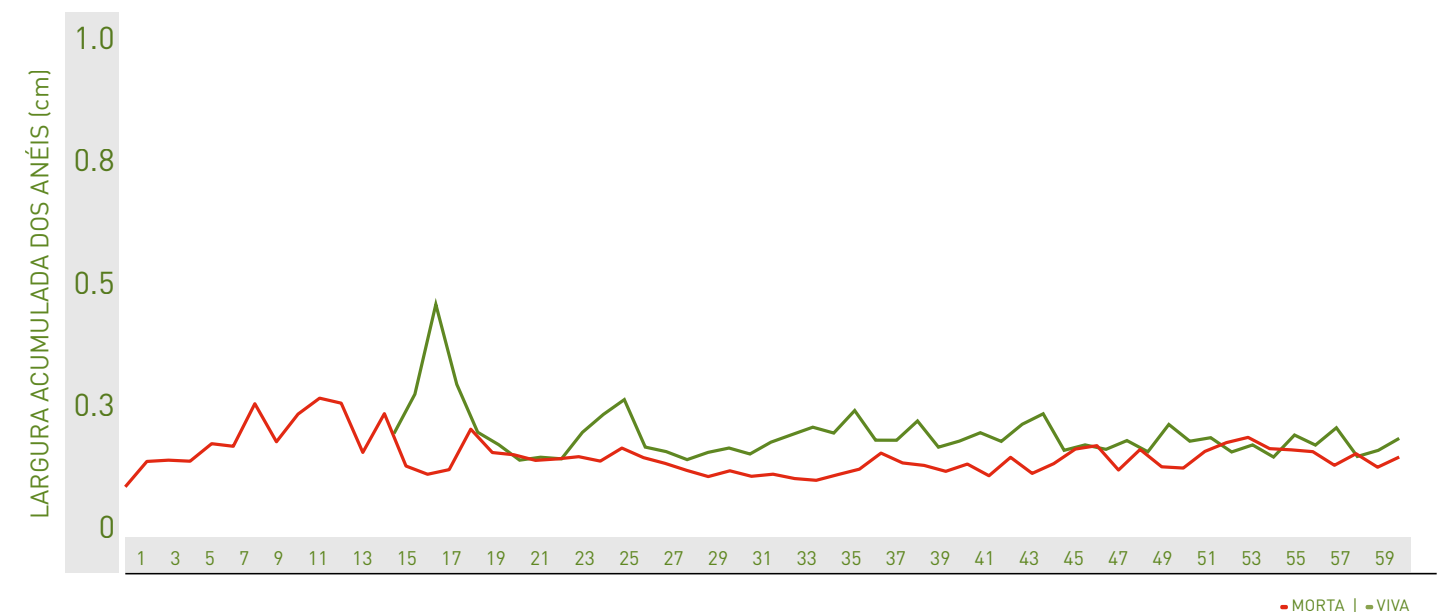


FIG. 3 CRESCIMENTO ACUMULADO EM DIÂMETRO NAS ÁRVORES 62 E 65

CONCLUSÃO

A análise por indivíduo permite verificar que existe uma primeira fase de desenvolvimento com maiores crescimentos em diâmetro seguida de um decréscimo mais ou menos acentuado. Contudo, nos últimos anos não se observam nos indivíduos mortos decréscimos acentuados na largura dos anéis anuais que indiquem um estado de decrepitude. A análise das varas de talhadia indica uma tendência para um menor crescimento da vara morta, podendo indicar que a vara viva tinha vantagens competitivas. No entanto, o crescimento dos últimos anos não parece indicar decrepitude precoce na vara morta.

Nas árvores de alto fuste algumas décadas apresentam crescimentos superiores aos de outras, embora não se observe uma tendência constante de decréscimo com o aumento da idade, podendo indicar que as diferenças de

ALTO FUSTE

As árvores conduzidas em alto fuste apresentam 49 e 60 anéis de crescimento anual ao nível do diâmetro à altura do peito, respetivamente. Estas árvores apresentam anéis com maior largura para os primeiros anos e um decréscimo mais acentuado no terceiro anel de crescimento numa das árvores, provavelmente correspondente ao primeiro descortiçamento, enquanto na outra não existe um decréscimo tão nítido, embora os valores dos 14 primeiros anéis sejam maiores que os posteriores.

Os acréscimos em diâmetro tanto das varas de talhadia como das árvores de alto fuste são inferiores aos valores médios indicados por Goulay e Pereira (1997), podendo ser indicativo de condições edafo-climáticas menos favoráveis que as da área de estudo dos referidos autores.

crescimento estão associadas às condições da estação. Na generalidade, os fungos detectados não são normalmente associados por si só a sintomas de doença em árvores adultas, podendo no entanto ter uma acção mais agressiva em algumas situações em que as plantas estão em stress, debilitadas por outras razões, ou quando em sinergia com outros patogénios. No presente caso, o facto de se terem detectado todos estes fungos poderá justificar alguma da sintomatologia de declínio e a ação destes patogénios, em conjugação com o ataque de insectos, poderá mesmo conduzir à morte das árvores.

Uma vez que não existem produtos homologados para controlo dos organismos referidos, em povoamentos/árvores adultas, devem ser evitadas acções que promovam a dispersão dos esporos dos fungos e/ou que sejam susceptíveis de provocar lesões ou stress nos hospedeiros. No caso de doenças causadas por fungos, uma das prin-

As principais medidas a pôr em prática é a de reduzir o inóculo, abatendo e removendo do povoamento as plantas mais afetadas e todo o material de corte, tendo o cuidado de acautelar a dispersão dos esporos durante o transporte e armazenamento da madeira, que deverá ser queimada. Em relação aos fungos do grupo *Ophiostoma* associados ao insecto *P. cylindrus*, a limitação do inóculo nos povoamentos passa por controlar as populações do insecto,

designadamente com recurso à luta biotécnica através da utilização de armadilhas com feromona. Este insecto é atraído para áreas ardidadas ou recentemente descortiçadas. As armadilhas deverão estar colocadas entre Maio e Setembro, período de emergência do insecto e voo para outros sobreiros. Estas armadilhas têm um custo unitário de 29€/armadilha, a que acresce o custo da feromona (12€/por armadilha) e da pastilha insecticida DDVP (Diclorvos).

ESTRATÉGIA	LOCAL	CRONOGRAMA
Mapeamento e caracterização da mortalidade	A seleccionar em 3 propriedades associadas	Último Trimestre 2013
Instalação de parcelas permanentes no âmbito das ZIF	Articulação com parcelas permanentes do ISA para identificação das lacunas e implementação de novas parcelas adicionais	Primeiro Trimestre 2014
Recolha de amostras de lenho e solo para despiste de agentes patogénicos	A seleccionar	Último Trimestre 2013
Análise da estrutura e hidráulica do solo e sua relação com a mortalidade	A seleccionar	2014 (dependente de aprovação de projecto de investigação)

Relativamente aos fungos que não foi possível identificar até à espécie, e dada a importância que isso pode representar em termos de patogenicidade, considera-se pertinente a posterior utilização de técnicas moleculares visando a sua identificação específica. Ainda que os custos dessa identificação sejam elevados e esse trabalho requeira mais tempo, o interesse científico face aos sintomas encontrados justifica um maior aprofundamento. Nesse âmbito, iniciou-se já a extracção de DNA dos isolados de alguns desses fungos e respectiva amplificação, aguardando-se a sequenciação do DNA extraído.

Maria Helena Machado

INIAV, Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, Unidade Estratégica de Investigação e Serviços de Sistemas Agrários e Florestais e Sanidade Vegetal, Av. da República, Quinta do Marquês, 2780-159 Oeiras - Portugal



Artigo adaptado dos relatórios produzidos por:

Avaliação do crescimento em quatro amostras de sobreiro
Ana Cristina Gonçalves
Universidade de Évora, Departamento de Engenharia Rural,
Apartado 94, 7002-554 Évora

Consulta fitossanitária

Maria Helena Bragança
Maria de Lurdes Inácio

AMOSTRAS DA QUALIDADE DA CORTIÇA NO MATO

A CAMPANHA DE AMOSTRAGEM

A campanha de 2013 iniciou-se sem stocks de cortiça por vender na produção e com a indústria numa situação de baixo aprovisionamento de matéria-prima, resultado da pequena dimensão da campanha de extração de 2012 e do bom desempenho do mercado dos produtos da cortiça. O mercado de aquisição de cortiças iniciou-se com alguma dinâmica a partir de Janeiro, com presença de diversos compradores no campo e a existência de um número interessante de transações efetivas concretizadas durante os meses de Janeiro a Março.

MERCADO

O valor de mercado das cortiças subiu ligeiramente, uma vez que se verificou um pequeno aumento nos preços do calibre rolhável e delgado de qualidade (1ª a 3ª) e novamente das cortiças para granular (refugos).

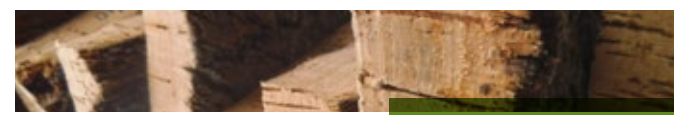
Durante a campanha de 2013 também se verificou maior facilidade de escoamento das cortiças com maior idade e/ou certificadas, uma vez que foram as mais procuradas pela indústria, tendo o inverso se passado com as cortiças de menor qualidade e/ou mais delgadas.

Esta campanha também se caracterizou pela diminuição do IVA na venda cortiça pelos produtores de 23% para 6%.

AMOSTRAGEM NA ÁRVORE

A 21ª campanha de amostragem de Cortiça no Campo da APFC, realizou-se durante os meses de Maio e Junho, tendo sido realizadas 32 amostras de qualidade da cortiça no campo com 9 e 10 anos e 19 com 8 anos (cortiças a extrair em 2014). Foi também efetuada uma amostra na pilha e classificadas 5 amostras provenientes de outra organização de produtores florestais.

A quantidade de cortiça estimada amostrada durante esta campanha de extração foi cerca de 279.757kg, das quais 33% eram provenientes de cortiças a extrair com 10 anos.



N.º de Propriedades Amostradas	27
N.º de Amostras Realizadas (extração 2013)	32
N.º de Amostras Realizadas (extração 2014)	19
Quantidade de Cortiça Estimada (9 anos - \bar{x})	185.810
Quantidade de Cortiça Estimada (10 anos - \bar{x})	93.947
Quantidade de Cortiça Estimada (extração 2014)	140.700

No universo das amostras realizadas da extração de 2013, a representatividade dos diferentes tipos de cortiça, segundo o seu destino industrial foi em termos médios para este ano, o seguinte:

CORTIÇA MÉDIA	%	VALOR DE MERCADO (€/KG)
Cortiça Rolhável	31.65	4.25
Cortiça Delgada	31.65	2.10
Cortiça de 6ª Qualidade	11.5	1.08
Cortiça para Granular (Refugo)	25.2	0.65

PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO DE CORTIÇA

Pela 5ª vez consecutiva a Plataforma de Transação de Cortiça APFC foi motivo de atenção durante os 4 dias da FICOR – Feira Internacional da Cortiça, onde estiveram expostas 19 amostras de cortiça efetuadas no ano de 2012 relativas a cortiças a extrair em 2013. Devido às condições climáticas (chuva e frio), não foi possível iniciar a recolha total no campo das amostras atempadamente, por forma a disponibilizar as mesmas para a inauguração da Plataforma de Transação de Cortiça. Esta situação foi desblo-

A CAMPANHA DE AMOSTRAS DA QUALIDADE DA CORTIÇA NO MATO 2013

queda aquando da transferência da Plataforma para o Observatório do Sobreiro e da Cortiça, onde esteve então exposto um total de 33 partidas de cortiça a comercializar em 2013 (cerca de 316.312 @), através das amostras da qualidade da cortiça realizadas em cada exploração.

INQUÉRITO AOS ASSOCIADOS

A cortiça disponível para venda foi extraída quase na totalidade, tendo atingido um valor próximo dos 6 milhões @. Com base no resultado do inquérito feito aos associados no final de Setembro, dos que tinham cortiça exposta na Plataforma de Transação de Cortiça, verificou-se que foi extraído 80% das arrobas previstas, das quais apenas 4.166@ ainda se encontram por vender.

Cerca de 53.450@ não foram extraídas por opção dos produtores, que aguardam por melhores condições de mercado. O preço médio de venda foi 24,97 €/@, com um valor máximo de 33 €/@ e um mínimo de 15€/@.

PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO DE CORTIÇA 2013	QUANTIDADE (@)
N.º Amostras de Cortiça	33
Extração Potencial	316.312 @
Cortiça Extraída	252.862 @
Cortiça não Extraída	53.450 @

Dos 143 inquéritos realizados ao nível da UNAC – União da Floresta Mediterrânica, e que incluem as vendas de cortiça de outras organizações de produtores florestais filiadas, foram vendidas até ao final de Setembro do corrente ano, 1.138.204 @, provenientes de 27 concelhos. O preço médio de venda foi de 26,22€/@, com um valor máximo de 38,80€/@ e um mínimo de 14€/@, registando-se assim um aumento de 8,4% face a 2012. Verificou-se que 27,6% da cortiça foi vendida na classe de preços entre os 25 e 30 €/@ e 44,5% abaixo dos 25€/@.

O custo médio de extração foi de 4,21 €/@, com um máximo de 7,5€/@ e um mínimo de 2,97 €/@.

Conhecer a cortiça que se tem para vender é fundamental. Extrair a cortiça sem ter a sua venda garantida é um risco.

MRT

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL

À semelhança de anos anteriores foi realizada a análise dos parâmetros dendrométricos das amostras totais realizadas nesta campanha. Relativamente à distribuição espacial (figura1), revela uma área total amostrada próxima dos 8.000ha com uma área média de 125ha por amostra, num total de 1.568 parcelas de amostragem o que corresponde a 3.348 calas de cortiça. A distribuição espelha a concentração da amostragem dentro da área associada, no concelho de Coruche, sendo que algumas das amostras se dispersam por uma distância superior a 100Km.

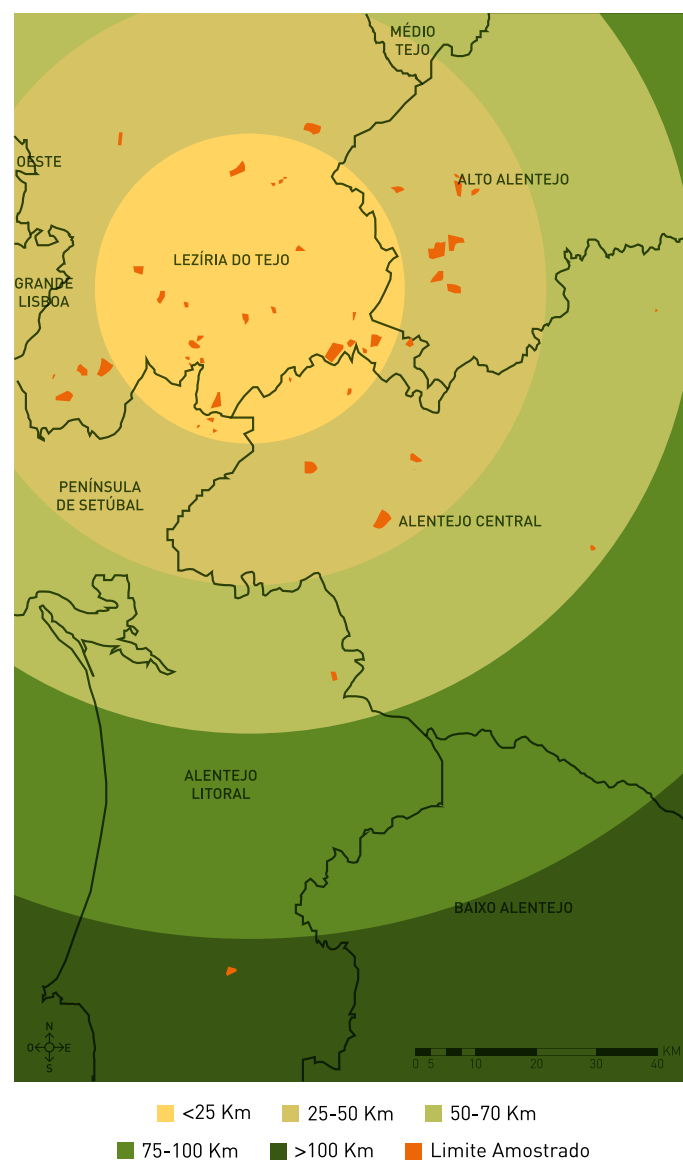


FIG. 1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA ÁREA AMOSTRADA

Em cada amostra foi feita a avaliação dendrométrica por parcela o que permite avaliar o coeficiente de descorticação praticado, bem como a distribuição etária do povoamento. É assim possível aferir as alturas de descorticação, que condicionam o calibre bem como ponderar opções

relativas à perpetuidade do povoamento nas condições atuais. Os dados relativos à totalidade da amostragem revelam que em relação ao Coeficiente de Descorticação (Figura 2), a maioria das árvores (76%) se encontra explorada muito abaixo dos limites legais (CD < 2). Apenas 2% dos sobreiros amostrados apresentam um coeficiente de descorticação acima do legal (CD > 3), não sendo esta uma percentagem significativa e indicadora de má gestão do montado ou responsável pela diminuição da espessura da cortiça extraída.

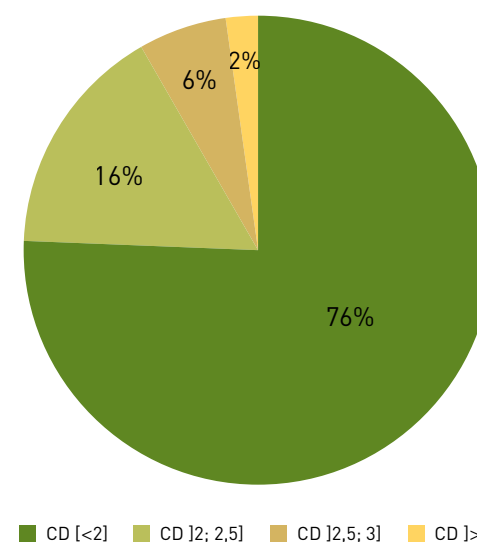


FIG. 2 COEFICIENTE DE DESCORTICAÇÃO - AMOSTRAS CAMPANHA 2013

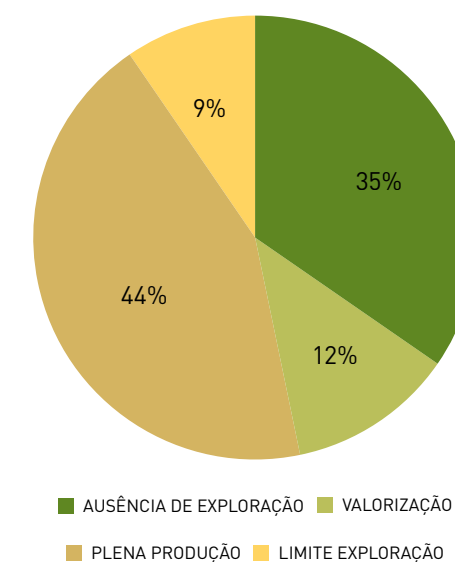


FIG. 3 DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA - AMOSTRAS CAMPANHA 2013

Por outro lado a distribuição etária dos sobreiros amostrados pelas diferentes classes de idade (Figura 3), traduz um povoamento onde dominam as árvores em plena produção (44%) e com número de árvores suficientes em fase de valorização e ausência de exploração (sobreiros virgens). A longo prazo será necessário monitorizar a regeneração

natural e promovê-la de forma artificial por forma a garantir a perpetuidade dos povoamentos nas condições que atualmente conhecemos.

De salientar que as amostras de cortiça são por norma realizadas em áreas que se encontram em plena produção, pelo que não podemos extrapolar estas informações para a totalidade da área ocupada pelo montado na região. Os sinais de vitalidade do montado (figura 4), avaliados com base no grau de desfolha evidenciam a predominância das classes centrais de desfolha ligeira e média, indicadoras da necessidade de melhorias ao nível da vitalidade, apesar da eficiente gestão na remoção das árvores secas.

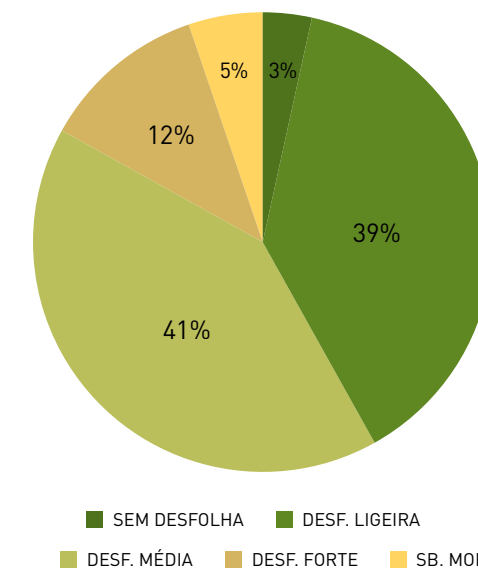


FIG. 4 GRAU DE DESFOLHA - AMOSTRAS CAMPANHA 2013

ANÁLISE TEMPORAL

QUALIDADE E CALIBRE

Quando analisamos os dados compilados desde 2009, relativamente à qualidade da cortiça, podemos observar uma tendência de decréscimo da quantidade de cortiça rolhável e um aumento da cortiça delgada.

Em termos de qualidade verifica-se o aumento da percentagem de sextas e refugos em detrimento de cortiças classificadas de 1ª a 3ª e na classe 4ª a 5ª. Contudo devemos ter em consideração que nesta análise a comparação foi realizada em folhas de extração diversas em cada ano, com base nos dados da totalidade das amostras anuais realizadas na APFC.

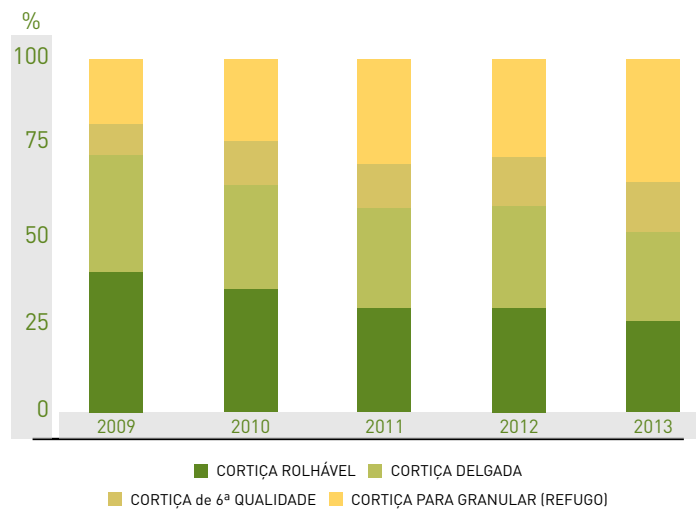


FIG. 5 - CLASSES DE QUALIDADE POR CAMPANHA (2008 A 2013)

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DEFEITOS

Os defeitos presentes na totalidade das amostras realizadas na campanha de 2013 (figura 6) revelam a dominância da Cobrilha (43%) como a praga mais desvalorizadora, seguindo-se as cortiças Barrentas ou com Prego.

A percepção do aumento da intensidade da cobrilha e o seu efeito desvalorizador significativo nas partidas de cortiça levou já à instalação de armadilhas em locais estratégicos a fim de estudar o fenómeno e obter mais conhecimento acerca desta praga com o objetivo de minimizar os seus efeitos.

Só em 2013, verificou-se que 12% das cortiças rolháveis foram penalizadas na classificação devido a defeitos desvalorizadores. Se atendermos ao facto da cobrilha ser o principal responsável poderemos estar a falar duma desvalorização superior a 3€/Kg em 11% das cortiças rolháveis.

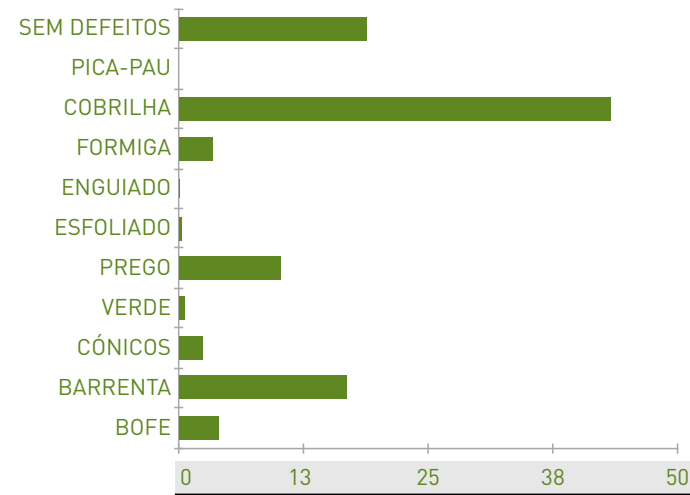


FIG. 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS DEFEITOS DESVALORIZADORES - AMOSTRAS CAMPANHA 2013

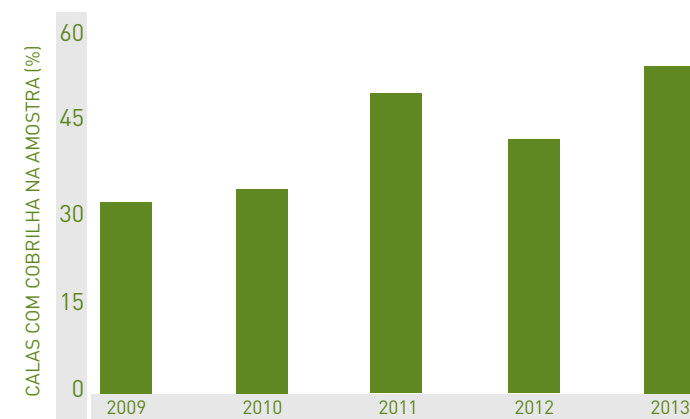


FIG. 7 EVOLUÇÃO DA INTENSIDADE DE COBRILHA NAS AMOSTRAS DA APFC (2009-2013)

Os dados compilados disponíveis revelam a tendência do aumento da intensidade desta praga desvalorizadora (figura 7), devendo no entanto levar em consideração que se estão a comparar amostragens realizadas em locais diferentes em cada ano, o que não permite concluir em definitivo desse aumento mas sim considerar a existência de uma tendência.

Existem já na APFC alguns dados relativos a um ou mais novénios anteriores numa mesma folha de extração, que poderão validar esta tendência, tanto em relação à cobrilha como à variação de calibre entre novénios.

TMA



INVESTIGAÇÃO DAS PRAGAS DO PINHEIRO MANSO

A campanha 2012/13 de produção de pinha foi novamente uma campanha de reduzida produção, com uma quantidade significativa de produtores florestais a optar pela ausência de colheita.

A análise visual das pinhas para a actual campanha, mantém o cenário de contra-safra, mas algum optimismo há a manter relativo à abundante produção de pinhas que já se vê para a campanha 2014/15. Durante estes últimos anos, tem também sido evidente a menor flutuação na produtividade de pinha no caso dos pinheiros mansos enxertados. Desde o ano 2010, e após ter sido identificado em Portugal a espécie *Leptoglossus occidentalis*, que a sua presença e potenciais efeitos tem sido monitorizado em diversos pinhais, nomeadamente no parque clonal da APFC. A análise dos danos nas pinhas não pode ser realizada de forma desgarrada dos restantes agentes patogénicos já conhecidos, nomeadamente o gorgulho e a lagarta das pinhas, cujos sinais da sua presença são pinhas deformadas e com exsudações de resina. Adicionalmente existe ainda um fungo - *Diplodia pinea* - visível pelas pontuações pretas sobre as escamas das pinhas, e que causa mortalidade dos novos lançamentos dos pinheiros, num processo denominado "die-back" que se traduz como a murchidão e morte dos rebentos, raminhos e/ou raízes, a partir da sua extremidade.

Os trabalhos desenvolvidos desde 2010, incluíram as seguintes tarefas:

- . Recolha de pinhas (nível nacional), nas campanhas de 2010/11 e 2011/12, para quantificação dos pinhões chochos, pinhas deformadas e identificação dos agentes responsáveis pela perda de produção;
- . Linha de investigação sobre a fenologia reprodutiva do pinheiro manso para posterior relação com a bioecologia das pragas (Junho 2012);
- . Colheita de insectos: realizada por batimento das árvores nos parques clonais, e posterior desenvolvimento da população em laboratório;
- . Libertação de *L. occidentalis* em mangas fechadas em redor de raminhos com pinhas de 1 e 2 anos, para acompanhar o ciclo de vida;
- . Colocação de armadilhas e teste de diferentes substâncias atractivas;
- . Propeção de inimigos naturais, especialmente parasitoides.



RESULTADOS PRELIMINARES

A par do decréscimo da produção de pinhas, o número de pinhões chochos aumentou significativamente nas campanhas de 2010 e 2011, variando entre 15 e 20%, o que representa um acréscimo médio de 5 vezes. A percentagem de pinhões chochos foi anormalmente elevada nos distritos de Évora e Portalegre, e bastante reduzida no distrito de Viseu. Não foi possível identificar danos visíveis provocados pelo *L. occidentalis*, mas em relação às outras pragas, verificou-se que os maiores ataques de gorgulho e lagarta das pinhas, coincidiam com as amostras de pinha onde existia maior quantidade de pinhões chochos, sendo possível correlacionar a perda com estas pragas. As pinhas que apresentavam maiores ataques da lagarta das pinhas, eram também as que tinham maior presença do fungo *Diplodia pinea*. A presença deste fungo teve um grande aumento na cam-

panha 2011/12 quando comparado com a de 2010/11, onde apenas tinha sido detectado nos distritos de Évora, Portalegre e Setúbal.

A larva do gorgulho das pinhas desenvolve-se no interior das pinhas e emerge como adulto entre Agosto e Setembro, mantendo-se os ataques nos mesmos povoamentos e nas mesmas árvores dada a reduzida agilidade do insecto adulto, o que dificulta a sua dispersão. As galerias da larva impedem o normal desenvolvimento da pinha e consequentemente dos pinhões com perdas acentuadas no rendimento em miolo de pinhão.

Na borboleta da pinha, o processo é semelhante ao do gorgulho com a agravante de ter duas posturas por ano ao invés do gorgulho que apenas completa anualmente um ciclo de vida.

Relativamente aos *L. occidentalis* capturados, foi possível obter posturas em laboratório, mas há grande dificuldade em manter os insectos imaturos vivos, verificando-se uma mortalidade elevada aquando do 2º estágio. Nas mangas monitorizadas em Coruche apenas foram recolhidos insectos adultos mortos ao fim de 3 meses após a sua introdução na manga (Agosto), enquanto em Alcácer do Sal, no mesmo



período foi possível capturar insectos adultos vivos. Não houve qualquer captura dos três agentes patogénicos identificados nas armadilhas e com as substâncias atractivas utilizadas.

Com os resultados preliminares das monitorizações já realizadas, verifica-se a necessidade de manter estes trabalhos para aprofundar o conhecimento já adquirido. As medidas de controlo e combate às pragas que afectam o pinheiro manso e a sua rentabilidade, terão sempre de ser transversais, tendo já sido estabelecidos contactos com as principais multinacionais do sector químico no sentido de as alertar para este problema.

A APFC mantém a sua disponibilidade na colaboração com este projecto, agradecendo aos produtores florestais que nos contactem sempre que detectem a presença do *Lep-*

toglossus occidentalis nas suas explorações, bem como o envio de amostras de pinhas para despiste laboratorial de pragas e doenças.

Adaptado do relatório de projecto:

“Estudo do impacte e bio-ecologia de *Leptoglossus occidentalis* e outros insectos e fungos na indústria de pinhão”, 2011 – 2012, financiado pelo **Fundo Florestal Permanente**

EVOLUÇÃO

GRUPO APFCERTIFICA	
Membros	55
Propriedades	73
Área Total [ha]	36.401

ÁREA POR ESPÉCIE FLORESTAL	
Sobreiro	28.908
Eucalipto	3.510
Pinheiro Manso	1.655
Pinheiro Bravo	956
Outras Espécies	1.371

REVALIDAÇÃO DO CERTIFICADO (2013-2018)

Ao fim de 5 anos de implementação, revalidámos com sucesso o certificado do Grupo APFCertifica. A auditoria ocorreu em Janeiro de 2013, com a campanha de colheita da pinha, tendo sido auditados diversos membros, com a colaboração dos respectivos trabalhadores e prestadores de serviços.

Esta auditoria revestiu-se de particular interesse, uma vez que foi a primeira vez que a Norma Nacional que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2013, foi aplicada.

Ficou demonstrada a robustez do sistema APFCertifica, que conseguiu responder sem pré-condições às novas exigências desta norma. O período de adaptação à norma nacional estende-se até 31 de Dezembro de 2013.

Até à mesma data, colocaremos em funcionamento uma plataforma on-line do Grupo APFCertifica, simplificando procedimentos e registos tanto ao nível da gestão documental dos membros como na gestão interna do grupo.

INICIATIVA NACIONAL FSC

Desde Janeiro de 2013 que está a decorrer o processo de transferência dos novos Princípios e Critérios Internacionais do FSC, actualmente em revisão, para adaptação à norma nacional FSC. Este processo tem decorrido com reuniões mensais dedicadas a cada princípio, e coordenadas pelas diversas partes interessadas envolvidas neste processo.

A APFC coordenou o Princípio 6, dedicado às áreas de conservação e protecção, sendo de referir como principal alteração, o objectivo transversal destas áreas para restauro das condições mais naturais dos ecossistemas.

O prazo de transferência foi alargado até Dezembro de 2015, tendo sido agora definidas 5 subcomissões no âmbito

das partes interessadas, para análise dos documentos disponibilizados para consulta pública no site do FSC Internacional:

- . Acreditação / certificação
- . FAVC – Florestas de Alto Valor de Conservação
- . Pesticidas
- . Madeira controlada
- . MAP - Modular Approach Program

EVENTOS

<https://ic.fsc.org/first-iberian-fsc-business-encounter.674.htm>

No passado dia 21 de Novembro, decorreu o 1º encontro ibérico do FSC Business, em Lisboa. Esta iniciativa co-organizada pelo FSC Portugal, FSC Espanha e FSC Internacional, juntou representantes de mercado nos diversos materiais certificados para procura de soluções de ajustamento da oferta à procura, discussão das tendências de mercado e das oportunidades de promoção com o FSC. No dia 11 de Novembro, no Centro de Congressos de Lisboa teve lugar o workshop ibérico “Vinhos que salvam árvores”. A iniciativa teve como objectivos:

1. Reunir os actores da fileira da rolha de cortiça para discutir os desafios do sector e as oportunidades que a certificação FSC representa;
2. Criar um espaço de encontro e cooperação entre os diferentes actores vinculados à produção e comercialização da cortiça FSC, de modo a facilitar a identificação de sinergias e o desenvolvimento de relações comerciais entre os participantes;
3. Aproximar o sector dos vinhos da produção e indústrias de cortiça favorecendo a rolha certificada FSC;
4. Discutir o papel que o sector dos vinhos pode ter na conservação do montado de sobreiro.



MEL - O DOCE DA FLORESTA ESTÁ EM PERIGO

POTENCIALIDADE DA APICULTURA

A apicultura é uma actividade florestal com impacto económico e social. Este impacto social está relacionado com o fato das abelhas terem um papel activo na polinização de várias culturas frutícolas e hortícolas, importantes na alimentação da humanidade.

Além da produção de mel e do serviço de polinização, a exploração apícola origina outros produtos, sendo de enumerar como potenciais nichos de mercado a criação de rainhas e de enxames, a extracção de cera, pólen e propólis com potencial farmacêutico, bem como a geleia real e o próprio veneno (apitoxina) que são utilizados também na área da saúde. No entanto estes produtos, são geralmente apenas explorados por apicultores detentores de grandes quantidades de colmeias, os designados apicultores profissionais.

Tem-se verificado ao longo dos anos um aumento significativo do número de colmeias em Portugal, e consequentemente do número de apicultores, número este que continua a crescer.

Para ser apicultor, além do espaço onde colocar as colmeias, há que ter em atenção alguns aspectos burocráticos. Segundo o decreto-lei nº 37/2000 de 14 de Março é obrigatório:

- . O registo de Apicultor
- . Declaração semestral de existências
- . O nº de registo do apicultor deve ser colocado em local visível nos apiários

O mesmo decreto-lei refere restrições à localização dos apiários, como por exemplo a distância a que devem estar afastados das vias públicas e edificações.

TIPOS DE MEL E ECONOMIA

As florestas do Ribatejo, pela composição dos seus matos, bem como da sua composição arbórea são propícias à exploração apícola. Consoante o tipo de composição florística assim será classificado o mel em monofloral ou multifloral. As espécies com maior potencial florístico na nossa região são o rosmaninho, a urze, o eucalipto, o alecrim e o medronheiro.

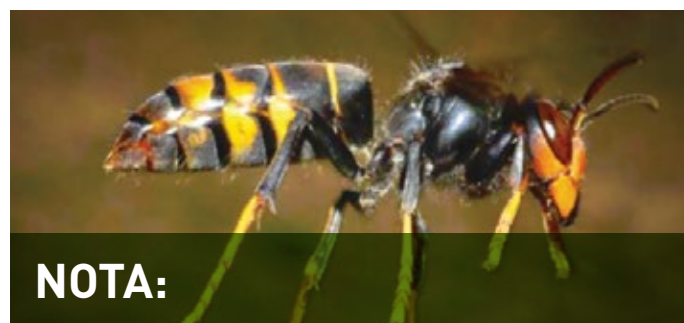
Os méis monoflorais dada a maior dificuldade de produção, pois é necessário realizar uma cresta (extração do mel) para cada floração, têm um custo de produção mais ele-



vado, o que vai aumentar o seu preço de mercado. Segundo o Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agro-alimentares, o preço médio de venda de um quilograma de mel, ronda os 2,45€/kg.

A MAIS RECENTE AMEAÇA...

A abelha comum (*Apis mellifera* L.), responsável pela produção do nosso mel, está ameaçada por várias doenças e pragas, sendo a última praga que surgiu e que preocupa actualmente os produtores, a vespa velutina que entrou na Europa em 2004, à semelhança do Nemátodo da Madeira do Pinheiro, por via marítima. Demorou alguns anos até que ela chegasse a Portugal, mas infelizmente no final de 2012 foram detectados ninhos desta espécie predadora e que consegue extinguir colmeias inteiras. Por agora, apenas foram encontrados ninhos no Norte do País, contudo a



NOTA:

Armadilhas para Captura de Vespas:
Uma garrafa de água de plástico, com a parte superior virada ao contrário, e o fundo cortado, com uma solução de vinho branco, groselha e cerveja.

expansão assusta os apicultores de todo o território nacional, pela dificuldade de realizar a monitorização, detecção e destruição dos ninhos na floresta. Assim, é importante a cooperação entre os produtores florestais, produtores apícolas, população em geral e a protecção civil. Um investigador da Universidade de Trás-os-Montes, responsável pelo estudo da evolução da vespa velutina em Portugal, refere que a construção de armadilhas simples para captura de

indivíduos (ver caixa), apesar de não erradicar a espécie poderá ajudar a protecção civil na detecção dos ninhos e posterior destruição. O corpo da vespa asiática é castanho-escuro, com um único segmento abdominal quase todo amarelo-alaranjado, tornando-se difícil de confundir com outra espécie.

SNR

Curiosidades

- . Pesquisas arqueológicas referem que as abelhas sociais como a abelha comum, produzem mel há mais de 20 milhões de anos
- . Estima-se que a produção mundial anual de mel é superior a 1 200 000 toneladas
- . A produção de mel em Portugal anualmente é de cerca de 11 000 toneladas
- . A vespa velutina entrou na Europa por França, onde já foram detectados 1613 ninhos
- . Em Fevereiro de 2013, já tinham sido detectados 50 ninhos da vespa velutina em Portugal
- . Os ninhos das vespas velutinas são quatro ou cinco vezes maiores que os das vespas autóctones
- . Em 2003, existiam 28 mil apicultores em Portugal, dos quais apenas 1800 eram profissionais (90% dos apicultores portugueses não são profissionais)
- . Um apicultor para ser considerado profissional tem de ter mais de 150 colmeias
- . 25% do mel nacional é produzido no Alto Minho
- . 1 Abelha produz cerca de 5 gramas de mel por ano
- . Para produzir 1kg de mel, uma abelha tem de visitar 5 milhões de flores

CHECK OUT FOR NATURE PROJETO GREEN HEART OF CORK

No passado dia 19 de Junho de 2013, recebemos uma visita de 35 colaboradores do Grupo Onyria, um prestigiado grupo hoteleiro que entre outros aderiram ao projeto Check out for Nature do WWF - World Wide Fund for Nature (WWF). Os hotéis aderentes a este projeto propõem aos seus clientes que no momento do check-out façam a doação de 1€ que reverte a favor do WWF para apoiar atividades de conservação da natureza, como é o caso da manutenção de Florestas de Alto Valor de Conservação. A adesão dos clientes dos hotéis a esta iniciativa tem superado as expectativas, tendo já o WWF recebido os donativos amealhados até ao momento, que irá aplicar em ações de defesa da biodiversidade.

a conservação em detrimento de opções de cariz estritamente económico. Por fim, todos os presentes foram convidados a realizar uma atividade de identificação e marcação da regeneração natural de sobreiro, com vista à sua manutenção numa área que será sujeita a controlo da vegetação espontânea. Este programa que ajuda a WWF a sensibilizar o público em geral e a defender os valores da biodiversidade em Portugal e no mundo, já está implementado noutros hotéis na Suíça, Alemanha, Barcelona, Madrid, Dubai, Indonésia, Malásia, entre outros.

CAB



O objetivo desta visita foi dar a conhecer à equipa do Grupo Onyria, um exemplo dos locais e atividades de conservação onde podem ser aplicados esses donativos. A visita realizou-se em duas propriedades com certificação florestal FSC no âmbito do grupo APFCertifica. A primeira paragem foi na Herdade dos Fidalgos, onde os trabalhadores tiveram a possibilidade de conhecer o processo de criação da cortiça e acompanhar a extração que se encontrava a decorrer. O segundo local visitado foi a Herdade do Cascavel, onde se localiza a albufeira com o mesmo nome. Trata-se de uma extensa massa de água, envolvida por vegetação ripícola bem desenvolvida e conservada, que devido à proximidade da área protegida da Reserva Natural do Estuário do Tejo se tornou um importante coberto de abrigo para passeriformes nidificantes, assim como um local de utilização sazonal de inúmeras espécies de aves aquáticas invernantes, que chegam a atingir os 2 a 3 mil indivíduos por ano. Atendendo à sua importância na manutenção da biodiversidade a nível regional, no âmbito do processo de certificação FSC da Gestão Florestal Responsável, este local foi classificado como Floresta de Alto Valor de Conservação. Este tipo de incentivos permite direcionar as medidas para



DIVULGAÇÃO - ACCÇÕES DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

NOTÍCIAS	ORGANIZAÇÃO
Montado de sobreiro	BBC Rádio
FICOR - Plataforma de Transação da Cortiça	RTP - Programa Regiões
FICOR - Visita ao Montado de Sobreiro	TSF - Programa Terra a Terra
http://goo.gl/D63MT	TV Globo 22 de Setembro
http://goo.gl/8vWYNT	Internacional Wood
PARTICIPAMOS COMO ORADORES NAS SEGUINTESS ACCÇÕES	ORGANIZAÇÃO
Apresentação do PEIF do Baixo Sorraia	CMDFCI Alcochete / Montijo
A Cultura do Pinheiro Manso para a Produção de Pinha/Pinhão	UNAC
Produção e Consumo Sustentável - vertentes do desenvolvimento	Universidade Aberta
Resultados do controlo de pragas e doenças na Companhia das Lezírias	Companhia das Lezírias
Certificação Agrícola e Conservação da Biodiversidade	LPN - C. Educ. Ambiental de Vale Gonçalves
Assembleia Geral APFC	APFC
Formação APFCertifica	APFC
Aula de Silvicultura II	ISA
Plano Operacional de Prevenção Contra Fogos Florestais - Campanha de 2013	APFC
Recolha de Produtos Florestais - Extração de Cortiça	CINCORK
Assembleias Gerais ZIF	APFC
PARTICIPAMOS NAS SEGUINTESS REUNIÕES	ORGANIZAÇÃO
NORMA NACIONAL FSC	FSC
RECEBEMOS AS SEGUINTESS VISITAS	ORGANIZAÇÃO
Estudante finalista de design de produto e mobiliário da Kingston University (UK)	APCOR
Aula de Silvicultura II	ISA
Montado de sobreiro	Universidade Aberta - Licenciatura em Ciências do Ambiente
WSET - Wine & Spirit Education Trust	APCOR
Wine Educators China	APCOR
Green Heart of Cork - visita Grupo Onyria	WWF
Jornalistas Norte-Americanos	APCOR
Adegas Húngaras e Russas	APCOR
Jornalista Sarah Ahmed (www.winedetective.com) e sommeliers alemães	APCOR
Jornalistas franceses	APCOR
Jornalistas Italianos - Director da RAI TG2 e Presidente Nacional do ASA	APCOR
- Associação Imprensa Agro-Alimentar Italiana	APCOR
Jornalista inglês	APCOR
Jornalistas Italianos	APCOR
Recolha de imagens do descortiçamento para documentário	Até ao fim do mundo
Visita ao Montado - Jovens da Academia de Campo	Academia de campo / Embaixada dos EUA
Visita ao descortiçamento - 50 formandos	CINCORK
UK Press Trip - Editora chefe "Drinks Business"; Editora "Off License News"; Head of Wines for the Dorchester Collection UK;	APCOR
Icon Magazine - London Design Festival	APCOR
PARTICIPAMOS NOS SEGUINTESS WORKSHOPS	ORGANIZAÇÃO
Conferência Internacional - Altos Valores Naturais	ICAAM
Gestão da multifuncionalidade do Montado	ESA Santarém / ACHAR
Avaliação da Externidades do Regadio em Portugal	FENAREG
Intervenções Raianas no Combate à Desertificação	Instituto Politécnico de Castelo Branco
O Montado de sobreiro em Portugal - Que Futuro?	ICNF / INIAV
Sobreiro, Inovação e Silvicultura	FILCORK
Congresso Florestal Nacional	SPCF
Acção de Demonstração - Produzir Pinhão ou Pinhão Negro - Exemplo da 1ª transformação de pinha	UNAC
Interprofissionalismo na fileira da cortiça	FILCORK
O desafio agro-florestal - produzir salvaguardando o ambiente	ELO / UNAC
Inovação nos sectores agrícola, alimentar e florestal	Rede Inovar
O Genoma do Sobreiro e a Qualidade da Cortiça	Fundação Lopes Fernandes / ISA
Jornadas da Sanidade Florestal	ANEFA
ORGANIZAMOS OS SEGUINTESS WORKSHOPS	ORGANIZAÇÃO
Classificação da Qualidade da Cortiça	APFC
Sanidade do Montado. Obstáculos a Vencer	APFC

PREÇOS DE PRODUTOS FLORESTAIS

PRODUTOS NÃO LENHOSOS

CORTIÇA	TIPO	PREÇO	BARÓMETRO
Preços à Porta da Fábrica (Fardos)	Rolhável	4,25€/Kg	Preços do Mercado Industrial do 4º Trimestre de 2013
	Delgada	2,10€/Kg	
	6 ^{as} para Granular	1,08€/Kg	
	Refugo	0,65€/Kg	

PRÉMIO À CORTIÇA CERTIFICADA + 0,50€/q

PINHA	PREÇO	BARÓMETRO
Pinha Colhida	0,90 - 1,20€/Kg	Perspectiva-se um ano de muito reduzida produção e com muita procura. Preços em alta, podendo atingir valores equivalentes aos de 2012.

MADEIRA DE EUCALIPTO	PREÇO	PREÇO	BARÓMETRO
Em Pé	33€/m ³	30-35€/ton	Mantém-se elevada procura para a madeira certificada.
À Porta da Fábrica (Setúbal) Com Casca	44,5€/m ³	40,5€/ton	

PRÉMIO À MADEIRA DE EUCALIPTO CERTIFICADA + 4€/M³

MADEIRA DE PINHEIRO BRAVO	PREÇO NA FÁBRICA	PREÇO EM PÉ	BARÓMETRO
Faxina (diâmetro 4 a 14 cm)	30€/ton	12-15€/ton	Madeira de rolaria estabilizada. Interesse por madeiras certificadas.
Rolaria (diâmetro >14 cm)	43€/ton	25-27€/ton	
Postes para tratar (>5m)	65-70€/ton	45-50€/ton	
Varas para tratar (>5m)	65€/ton	25-30€/ton	

LENHAS	PREÇO	PREÇO
Sobreiro	Em Pé	20€/ton
	Sem Falca	30€/ton
Pinheiro Manso	Em Parque	25-27€/ton
	Em Pé / No Campo	10-12€/ton
Biomassa	Em Pilha	7€/ton
	Na Fábrica	27€/ton